

Diário do Legislativo de 24/11/2009

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Alberto Pinto Coelho - PP

1º-Vice-Presidente: Deputado Doutor Viana - DEM

2º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique - PMDB

3º-Vice-Presidente: Deputado Weliton Prado - PT

1º-Secretário: Deputado Dinis Pinheiro - PSDB

2º-Secretário: Deputado Hely Tarquínio - PV

3º-Secretário: Deputado Sargento Rodrigues - PDT

SUMÁRIO

1 - ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

2 - ATAS

2.1 - 53ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada à Realização da Sessão do Parlamento Jovem 2009

2.2 - Solenidade Realizada na 106ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear o Departamento Nacional de Obras contra as Secas DNOCS - pelo seu Centenário

2.3 - 58ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 16ª Legislatura - Destinada a Homenagear a Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará pelos 228 Anos de sua Fundação

2.4 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATAS

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

ORDEM DO MÉRITO LEGISLATIVO

GRANDE MÉRITO
Alceu José Torres Marques
Carlos Henrique Gaguim
Luiz Soares Dulci
Nívio Geraldo Gonçalves

Orlando Silva de Jesus Júnior
Patrus Ananias de Sousa
Renato Vieira de Souza
Sérgio Antônio de Resende
MÉRITO ESPECIAL
Acir Benedito Antão (Promoção)
Andréa Neves da Cunha (Promoção)
Antônio Pontes da Fonseca (Promoção)
Arnaldo Esteves Lima
Carlos Macedo de Oliveira
Elismar Fernandes Prado
Emanuel Soares Carneiro (Promoção)
Geraldo Magela Pereira
Geraldo Teixeira da Costa Neto
Gerson de Oliveira Costa Filho (Promoção)
Herbert José Almeida Carneiro
Joaquim José de Souza (Promoção)
José Geraldo Ferreira Malta
Juarez Távora de Freitas Júnior
Júlio César Galante Ariz (Promoção)
Luiz Carlos Bernardes (Promoção)
Maria das Graças de Oliveira Almeida (Promoção)
Nacib Duarte Bechir
Nobuhiro Karashima (Promoção)
Olavo Machado Júnior
Rômulo Antônio Viegas (Promoção)
Sérgio Alair Barroso

Sérgio Lúcio de Almeida
Teodomiro Braga da Silva
MÉRITO
4º. Batalhão de Polícia Militar de Minas Gerais
Adriano Frota Machado Souto
Aíde Ferreira Ferraz
Alessandra Septimio Lanza Martins Resende
Alisson Diego Batista Moraes
Aloysio Navarro de Aquino
Ambrósio Francisco Viganó
Anastácio Mileno Freire Bandeira
Anderson Costa Cabido
André Nunes Lamounier
Antônio Carlos Chaves de Resende
Antônio Carlos Goulart
Antônio Carlos Oliveira Martins
Antônio Carlos Pereira
Antônio Carlos Torquetti
Antônio Eustachio Tolentino
Antônio Eustáquio Vieira dos Santos
Antônio José Cunha
Antônio Neves Sobrinho
Aristóteles Mendes Ruas
Aroldo Rodrigues da Silva
Associação dos Deficientes Físicos de Uberaba - Adefu
Athos Mameluque Mota
Carla Kreefft

Carlos Alberto Dias Viana
Carlos Alberto Paulino da Costa
Carlos Antunes de Souza
Carlos da Fonseca Soares
Carlos Vitor Alves Martins
Célia Pimenta Barroso Pitchon
Daniel da Cunha Messias Roque
Daniel Senra Delgado
Danilo de Araújo Tambasco
Darci Silveira Celani
Décio Monteiro Morais
Délio Nunes Rocha
Destilaria Antônio Monti Filho Ltda - Damfi
Edmea Moreira Machado
Edna Luiza Fonseca Costa
Eli Dornelas Gonçalves
Elias Martins Castanheira
Eliomar Meireles Vieira
Emerson Alvarenga Barbosa
Emerson de Carvalho Andrade
Empresa Brasileira Distribuidora Ltda - Embrasil
Escândar Nagib Borjaili
Eustáquio Dionis
Evandro Tiago de Aguiar
Fabiano Rocha dos Santos
Fábio Pimenta Éesper Kallas
Fábio Reis Nazareth

Fábio Torres de Sousa
Fabício Gomes Costa
Ferdinando Resende Rath
Fernando Perez
Flaviano Moura de Oliveira
Francisco Antônio Cerceau Ibrahim
Francisco Lino Neto
Fundação Gregório Barenblitt
Genilson Ribeiro Zeferino
Geraldo Alves Padrão
Geraldo Gonçalves dos Santos
Geraldo Medeiros
Gilberto Cabral Costa
Gilmar Dias dos Santos
Gilson Roberto Lessa Nunes
Gilvan de Pinho Tavares
Haroldo Cunha Abreu
Hélio Oscar Machado
Heloísa Helena Limoeiro Muller
Henrique Caetano Pinto Neto
Henrique Nogueira Macedo
Hércules José Procópio
Hígino Zacarias de Souza
Igreja Presbiteriana do Brasil
Ione de Moraes Tofanelli
Ivar de Almeida Cerqueira Neto
Ivo Mendes Filho

João Anacleto dos Santos
João Antônio Vidal de Carvalho
João Batista Bernardes
João Bosco dos Santos
João da Mata Nogueira
João Salgueiro
Joaquim Campos Reis
Joel Pinto Martins
Joel Villon
Joelma Matos de Medeiros
Joemilson Donizetti Lopes
Jordão Missias Lopes Medrado
José Alves Paixão
José Antônio Cervantes
José Augusto Mota Filho
José Benedito Nunes Neto
José Célio de Alvarenga
José Diogo Drumond Neto
José Eugênio Paceli Lopes
José Geraldo Ferreira
José Geraldo Franco Martins
José Henrique Gomes Xavier
José Mattozinho Frauche
José Messias Schettino
José Moreira da Silva
José Orlando da Silva Pereira
José Patrocínio Magalhães Almeida

José Rodrigues de Araújo
José Wilson Campos
Júlio César Diniz
Jussara Menicucci de Oliveira
Lacerdino Garcia de Menezes
Lauri Jorge Pereira
Leonardo do Carmo Coelho
Livingstone Borja
Lourival Libertador Coutinho
Lúcia Duque Reis
Luís Henrique Silva Rosário
Luiz Antônio Pulchério L. C. B. Rêgo M. Souza
Luiz Carlos Fernandes
Luiz Esequiel de Resende
Luiz Fernando Nascimento de Oliveira
Luiz Gonzaga Amorim
Luiz Roberto Santos Vilela
Márcia Regina de Nogueira
Márcio de Oliveira Pereira
Marco Antônio Badaró Bianchini
Marco Túlio Alves Quirino
Marcos Frota
Maria Ângela de Carvalho Guimarães
Maria Geralda Salgado Santos Rodrigues
Marilda Ribeiro Rezende
Marinalva Ferreira
Mário Guilherme Perocci Ribeiro do Valle

Márlio Geraldo Costa
Maurício Toledo Jacob
Maurílio Neris de Andrade Arruda
Mauro Machado
Michel Spadano
Miguel Joaquim Barbosa
Militão Paulino de Paiva
Moacir Chagas Tavares
Mônica Cristina Miranda dos Santos A. Cardoso
Mônica de Oliveira Araújo e Siqueira
Movimento de Luta Pró Creche - MLPC
Murilo Pereira de Rezende
Nadab Estanislau Abelin
Nalton Sebastião Moreira da Cruz
Neider Kennedy Amorim
Nelson de Abreu Pinto
Nide Alves Brito
Odilon Pereira de Souza
Oliveira Santiago Maciel
Onofre Alves Batista Júnior
Orlando Caixeta Fialho
Oswaldo Oliveira Araújo Firmo
Paulo César Alkimim Lopes de Oliveira
Paulo César Bento Mantovani
Paulo César Funghi Alberto
Paulo de Oliveira
Pedro Lourenço e Oliveira

Programa Viação Cipó
Raimundo Lessa de Moura Júnior
Renato Scapolatempore
Reni Nogueira dos Santos
Renzo Rinoldi
Ricardo Losha
Ricardo Pedro Chaves Pinto Filho
Ricardo Rodrigues Nunes
Roberto Camilo Órfão Morais
Rodnei Medeiros Romão
Roque José de Oliveira Camêllo
Saulo Germiniani
Soraia Ferreira Caetano de Carvalho
Terezinha Hannas Guimarães
Valéria de Melo Nunes Lopes
Virmondos Machado
Vitor Paulo Araújo dos Santos
Walmir Rocha Lopes
Weser Francisco Ferreira Neto
William Machado
Wilson Luiz Abrantes
Wilson Reis Couto
Wolney Freitas

ATAS

ATA DA 53ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 13/11/2009

Presidência dos Deputados Alberto Pinto Coelho, André Quintão e Carlin Moura

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Chamada dos alunos das escolas - Composição da Mesa - Agradecimentos especiais - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. José Tarcísio Amorim - Palavras do Sr. Presidente - Palavras do Deputado André Quintão - Instalação da Sessão do Parlamento Jovem 2009 - Designação do Coordenador - Composição da Mesa - Sessão do Parlamento Jovem 2009 - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Leitura de relatórios e de propostas aprovadas nos grupos de

trabalho e apresentação de destaques - Votação do Documento Final, salvo destaques - Discussão e votação dos destaques - Discussão e votação de novas propostas - Entrega do Documento Final - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Alberto Pinto Coelho - Weliton Prado - André Quintão - Carlin Moura - Eros Biondini.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Alberto Pinto Coelho) - Às 14h13min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado André Quintão, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização da Sessão do Parlamento Jovem 2009, projeto resultante de parceria entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, por intermédio da Escola do Legislativo, e a PUC Minas, por meio do curso de Ciências Sociais. Nesta sessão, estudantes de seis escolas do ensino médio da Capital e do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas debaterão e votarão propostas elaboradas por eles sobre o tema "Transporte Urbano", cujo resultado será entregue ao poder público por meio da Comissão de Participação Popular desta Casa.

Chamada dos Alunos das Escolas

O locutor - Convidamos a tomar lugar no Plenário os membros do Parlamento Jovem 2009: alunos do Instituto Metodista Izabela Hendrix; do Colégio Padre Eustáquio; do Colégio Santa Doroteia; do Colégio Tiradentes da PMMG, Unidade Gameleira; da Escola Municipal Paulo Mendes Campos; da Escola Estadual Professor Leopoldo de Miranda; e do curso de Ciências Sociais da PUC Minas.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; Alaôr Messias Marques Júnior, Gerente-Geral da Escola do Legislativo; e José Tarcísio Amorim, Assessor Especial do Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas -, Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães; e as Exmas. Sras. Mônica Brantes, Assessora da Pró-Reitoria de Extensão Universitária da PUC Minas, representando o Pró-Reitor, Wanderley Chieppe Felipe; Elaine Sampaio, membro do Colegiado do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas, representando o Chefe desse Departamento e Coordenador do referido Curso, Luís Flávio Sapori; e Cristiana Fonseca de Castro Oliveira, professora do Colégio Tiradentes da PMMG, representando as escolas participantes do Parlamento Jovem 2009.

Agradecimentos Especiais

O locutor - Gostaríamos de agradecer o empenho das equipes das escolas participantes do Parlamento Jovem 2009, nas pessoas de seus Diretores e professores supervisores: Profas. Ana Maria Martins Horta e Cristiana Fonseca, do Colégio Tiradentes da PMMG, Unidade Gameleira; Profa. Amália Kátia Ferreira Mendes e Prof. João Antônio Franciscani Teodoro, do Colégio Padre Eustáquio; Profa. Maria Flávia Horta Barbosa e Prof. Severino Pereira Santos Júnior, da Escola Municipal Paulo Mendes Campos; Profas. Lúcia Leiga de Oliveira e Maria de Fátima Beirão, do Instituto Metodista Izabela Hendrix; Profa. Maria Cristina Rosa e Prof. Jean Sidcley Alvares Teixeira, do Colégio Santa Doroteia; e Profas. Liliane Marie Marino e Maria Amélia Saldanha Maciel de Vasconcellos, da Escola Estadual Professor Leopoldo de Miranda.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional, acompanhando gravação da TV Assembleia.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo preparado pela TV Assembleia sobre os trabalhos preliminares realizados este ano pelos participantes do Parlamento Jovem.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Sr. José Tarcísio Amorim

Saudamos o Deputado Alberto Pinto Coelho, Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o Deputado e amigo André Quintão, Exmo. Sr. Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; o Sr. Alaôr Messias Marques Júnior, Gerente-Geral da Escola do Legislativo da Assembleia de Minas; a Profa. Mônica Brantes, Assessora da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, representando o Pró-Reitor da Universidade, Prof. Wanderley Chieppe Felipe; a Profa. Elaine Sampaio, membro do Colegiado do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas, representando o Chefe desse Departamento, Prof. Luís Flávio Sapori; a Sra. Cristiana Fonseca de Castro Oliveira, professora do Colégio Tiradentes da PMMG, representante das escolas participantes do Parlamento Jovem 2009; os Exmos. Srs. membros do Parlamento Jovem, reverenciados nesta Casa como nossos futuros representantes na história do País.

Pouca coisa impediria o Magnífico Reitor da PUC Minas, nosso Bispo auxiliar, de estar presente aqui hoje. Mas o MEC está fazendo exames na nossa Universidade, e a presença dele foi indispensável lá. Então, ele pediu a mim que aqui viesse e trouxesse algumas ideias da nossa

Universidade sobre esse evento que envolve vocês.

Uma Universidade Católica Pontifícia não tem como função preparar mão de obra para o mercado. Tem como principal vocação preparar o cidadão para a transformação progressiva do mundo, dentro de uma lógica que envolve a ética e a complexidade em que vivemos. Quando olhamos por essa ótica o que vocês estão escolhendo - transporte urbano - poderemos ter uma visão reducionista e entender que o transporte urbano seja, por exemplo, um número suficiente de ônibus e lotações para filas cada vez maiores de uma população que precisa se locomover. É uma visão. Outra visão seria quanto será que se cobra ali, se isso está em acordo ou não com a média dos salários das pessoas que utilizam essa condução. Mas, se formos diagnosticar o que vocês escolheram como transporte urbano, numa visão complexa, numa nova percepção, estaremos então verificando que pessoas que utilizam o transporte urbano estão saindo de um lugar para outro, para estudar, portanto, para se formar, a fim de transformar o mundo em que vivemos.

Percebemos também que o ato de transportar significa que a população mundial está crescendo, e isso envolve problemas não só de transporte, mas também de alimentação e de tantas outras áreas, como o efeito estufa e coisas semelhantes. Na medida em que a sociedade e a tecnologia vão evoluindo, já não podemos olhar ao microscópio a imagem de um problema, ampliá-lo e pensar somente nele. O mundo moderno está exigindo de todos nós, de uma maneira muito especial, da juventude, uma visão complexa de tudo o que se faz.

Assim, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, jovens, pelo menos por um dia, talvez estejam se identificando com uma preocupação que é de todos, mas, quando a geração de vocês estiver empregada, trabalhando, exercendo funções políticas e gerenciais nos diversos segmentos da sociedade, ou vocês aprenderão a ser especialistas ou aprenderão a ter uma visão complexa. Esta permite que vejamos o que existe como pano de fundo, atrás de cada coisa que enxergamos. Nesse sentido, quando a nossa universidade se associa à Assembleia Legislativa, para dar esse suporte, ela está cumprindo uma missão profética. Lembrando que o significado da palavra "profeta" não é o de adivinho, aquele que adivinha o futuro, mas sim aquele que questiona as normas do seu tempo. Isso vocês podem fazer. E já estão fazendo, pois estão se identificando. Percebi, no vídeo, o Prof. Luciano Luppi dizendo que, às vezes, conseguimos realizar coisas através de dinâmica de grupo. Não se trata de uma técnica qualquer de ensaio. Significa colocar-se em determinado lugar, viver os problemas desse lugar e começar a sentir, na carne, o que, de certa forma, nos vai treinando e abrindo perspectiva para a nossa missão no futuro.

Vocês podem ter várias profissões, mas todas elas definirão o que é urbano e dignidade humana, no ir e vir com famílias dependendo da caminhada, do transporte e da segurança pública. Com essas palavras, eu expressei a alegria da nossa universidade por essa parceria com a Assembleia e o sentimento profundo de cumprir a missão que está depositada nas mãos de vocês, futura geração, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Palavras do Sr. Presidente

Exmos. Srs. Deputado André Quintão, Presidente da importante Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa - é importante ressaltar o valor dessa Comissão, um dos canais de interlocução do Poder Legislativo com a sociedade -; José Tarcísio Amorim, Assessor Especial do Reitor da PUC Minas, D. Joaquim Giovanni Mol Guimarães; aproveite a oportunidade para externar o agradecimento ou renovar os agradecimentos e o reconhecimento do Parlamento por essa importante parceria com a nossa PUC; Alaôr Messias Marques Júnior, Gerente-Geral da Escola do Legislativo da Assembleia de Minas; Mônica Brantes, Assessora da Pró-Reitoria de Extensão da PUC Minas, representando o Pró-Reitor de Extensão Universitária da PUC Minas, Wanderley Chieppe Felipe; Elaine Sampaio, membro do colegiado do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, representando o Chefe desse Departamento e coordenador do curso de Ciências Sociais da PUC Minas, Luís Flávio Sapori; Cristiana Fonseca de Castro Oliveira, do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais, representando as escolas participantes do Parlamento Jovem 2009; nesta oportunidade, mais uma vez gostaria de agradecer e nominar a participação das escolas que compõem este Parlamento Jovem: Colégio Tiradentes, Colégio Padre Eustáquio, Escola Municipal Paulo Mendes Campos, Instituto Metodista Izabela Hendrix, Escola Estadual Professor Leopoldo de Miranda, Colégio Santa Doroteia e curso de Ciências Sociais da PUC Minas. A todos, os nossos agradecimentos. O meu primeiro registro, para a grata satisfação de todos nós seria vislumbrarmos este Parlamento com esta mesma composição, com a presença maciça das mulheres. Isso porque, de fato, elas já representam a maioria da população, mas, nos Parlamentos, a presença das mulheres ainda é diminuta, apesar da valiosa contribuição na formulação das leis. Esse cenário nos agrada muito, não, Deputado André Quintão?

Hoje vocês desenvolverão um trabalho como uma função e uma delegação da sociedade, mas tentando corporificar o trabalho desenvolvido pelos parlamentares. Os Deputados são agentes políticos e, como tal, agentes públicos. Nós somos fundamentalmente os representantes dos que nos elegeram, mas, uma vez aqui chegando, representamos os interesses de todos os cidadãos dos quatro cantos de Minas Gerais. Mais que isso, somos empregados dos cidadãos, posto que recebemos não só subsídio, mas também toda a estrutura de trabalho e de funcionamento do Parlamento, o que se dá com dinheiro público. Portanto a nossa responsabilidade está muito ampliada, e a cobrança da sociedade incidente sobre cada um de seus membros é devida e correta.

Gosto de usar o sentido figurado apenas para poder contextualizar a importância do Parlamento e das leis. Se temos um grande território, temos apenas um grande território, mas, se esse mesmo grande território possui uma densidade populacional acentuada, continuamos a contar apenas com um grande território com uma grande população, nada mais que isso. Entretanto, se esse mesmo território, com essa mesma população, tiver um arcabouço legal, teremos uma nação, um Estado, porque ficaremos sujeitos a regras de convivência, que estabelecem direitos individuais e coletivos, bem como à preservação das riquezas naturais do chamado meio ambiente, cotejando a preservação dessas riquezas com o desenvolvimento, próprio de toda sociedade. Também não nos podemos esquecer dos direitos e das garantias. Enfim, temos efetivamente uma Nação. Com isso, quero mostrar e evidenciar a cada um de vocês a importância das leis que somente atingirão o objetivo proposto, de regular a sociedade e buscar o desenvolvimento com oportunidade para todos, se soubermos ouvir as pessoas, para que, com base no senso comum, estejamos conscientes do que a sociedade deseja e almeja. É justamente isso que será retratado por meio das regras fundamentais - as leis. Uma vez estabelecidas, precisam ser cumpridas.

Portanto, afastar-se do Parlamento, não valorizá-lo é, antes de tudo, não valorizar a si próprio, não valorizar sua família, sua cidade, seu bairro, seu país. Efetivamente só teremos melhores leis, se os que têm vocação para essa atividade se sentirem estimulados a vir para a vida pública, a dar essa contribuição valiosíssima.

Todas as profissões têm seu valor, mas vejo na política o que há de mais nobre, porque procuramos, em nome de cada um, como representantes, os interesses e a melhora da qualidade de vida de todos. Portanto, precisamos nos valorizar por meio desse trabalho, cuja importância toda a sociedade deve perceber. Para que isso seja alcançado, precisamos alcançar todos os segmentos da nossa economia e os segmentos que compõem a sociedade. Precisamos estimular na juventude a importância da política, da participação cidadã.

O Parlamento Jovem é uma dessas iniciativas vitoriosas - já estamos na sua sexta edição aqui na Capital. Hoje estão presentes representantes de algumas Câmaras Municipais, porque, a partir do ano que vem, pretendemos estender esse programa a outras cidades e regiões do Estado e também estimulá-lo como iniciativa das Câmaras Municipais. Além do Parlamento Jovem, também temos o chamado Expresso da Cidadania, que, no seu primeiro ano, foi muito exitoso e é voltado para a juventude, principalmente para a faixa etária de 16 a 18 anos. Esses jovens não têm obrigação de exercer o voto, que lhes é facultativo, mas queremos despertar neles a importância da sua participação na escolha dos representantes da sociedade. Neste ano, ao comemorarmos 20 anos da Constituição do Estado, que é a Carta Maior, o arcabouço das nossas leis, também criamos um concurso de redação voltado para a juventude. Esse concurso está aberto a todas as escolas públicas e privadas de Minas Gerais, sendo uma das condicionantes para participar que os alunos sejam portadores do título de eleitor. Portanto, é fundamental que o Parlamento, para cumprir sua missão, traga para o debate toda a sociedade civil organizada. Isso é feito por meio de seminários como este,

por meio de fóruns técnicos, de audiências das nossas comissões. Os Deputados também vão às cidades para debater com a sociedade seus problemas a fim de extrair dali o exemplo para nos direcionar, quando é o caso, no aprimoramento e na formulação das leis ou mesmo no nosso papel como representantes, que vai muito além. Estamos na Casa do povo por causa do poder do cidadão e, portanto, é nosso dever fazer a discussão de grandes temas de interesse da sociedade. Entre eles, vocês escolheram um da maior importância nos dias contemporâneos: o transporte urbano, as soluções que precisamos dar para a mobilidade urbana, conforto e segurança das pessoas durante o ir e vir, por meio do transporte coletivo ou individual. Para encerrar, quero enaltecer a importância de participarem deste encontro e de despertarem para o que é o parlamento. Em cada um de vocês há polos irradiadores dessa importância. É assim que se faz, com efeito multiplicador, criando-se a consciência crítica e a consciência coletiva. É muito importante que vocês saibam que somente teremos cumprido essa nobre missão que nos é delegada se, ao final dos nossos mandatos, conseguirmos lhes devolver uma sociedade melhor, com qualidade de vida melhor para todos, buscando, por meio do desenvolvimento econômico, criar oportunidades para os jovens e toda sociedade. Queremos crer que, com esse trabalho, vocês fazem a iniciação para cumprir amanhã esse mesmo papel, qual seja de entregar às futuras gerações um Estado e um País melhores do que lhes foram legados. Essa é a nossa missão superior. Muito obrigado pela participação de vocês. Que tenham êxito nesse trabalho que terá a contribuição de cada um! Vocês verão que o trabalho feito com a inteligência e a visão de cada um, por meio do processo democrático do voto, vai convergir no interesse de todos. Um abraço e felicidades. Que tenham êxito em mais esta edição do Parlamento Jovem!

Palavras do Deputado André Quintão

Boa tarde a todos os jovens do ensino médio da PUC; Alaôr, Coordenador da Escola do Legislativo; Prof. Tarcísio, nosso amigo; Profas. Mônica, Elaine, Cristiana e demais professores das escolas que integram o Parlamento Jovem; representantes das Câmaras Municipais do interior.

Serei breve, pois passarei a coordenação aos protagonistas deste evento, os jovens dos ensinos médio e superior. É uma alegria muito grande recebê-los aqui, e trago a palavra da nossa Comissão de Participação Popular, que também é integrada pelos Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, João Leite e Duarte Bechir. É nosso compromisso acolher, da melhor maneira possível, as propostas que serão discutidas, aprovadas e encaminhadas ao final do dia à nossa Comissão. Contaremos também com a presença do Deputado Carlin Moura. Ficamos muito felizes com esta 6ª edição. O Parlamento Jovem nasceu praticamente com a Comissão de Participação Popular nesta Assembleia, a qual teve a responsabilidade de implantar e presidir até hoje. A concepção do projeto Parlamento Jovem contou com a inestimável contribuição da Escola do Legislativo, do Alaor, da Eugênia, de toda a equipe e dos professores da PUC Minas. Lembro as primeiras reuniões, com a Beth, o José Márcio, a Regina, a Cristina, depois a Dora; e hoje com novos professores - a Elaine, o Marcos. Esse projeto é hoje, certamente, um dos mais importantes e de mais êxito na Assembleia Legislativa. Já estamos na sexta edição e, se contássemos com a edição de Arcos e Pains, seriam sete. O que eu queria dizer de mais importante é que, além dos ganhos de cidadania aqui já mencionados, o Parlamento Jovem traz resultados efetivos. Em uma das suas edições, uma das propostas discutidas e apresentadas foi a extensão da alimentação escolar para as escolas da rede estadual do ensino médio noturno. Incorporamos essa proposta ao Plano Plurianual do governo do Estado e, a partir dela, que virou emenda ao Orçamento, a alimentação escolar começou a ser estendida ao ensino médio noturno em Minas Gerais. Uma outra proposta que o Parlamento Jovem colocou em uma das suas edições foi a alteração da composição do Conselho Estadual da Juventude, que é muito antiga e com pouca participação do próprio jovem. Incorporamos essa sugestão num projeto de lei de minha autoria, que virou lei este ano, sancionada em 14 de maio pelo Governador, a qual estabelece um prazo para o governo rever a composição do Conselho Estadual da Juventude em Minas Gerais. Dezenas de propostas foram transformadas em requerimentos. Obviamente nem todas são objeto de lei, mas podem ser objeto de cobrança dos poderes públicos. Então, a nossa palavra é de estímulo, mas também de responsabilidade, porque essas propostas terão encaminhamento adequado pela Comissão de Participação Popular. Cumprimento a todos vocês. Prof. Tarcísio, transmita ao D. Joaquim todo o nosso respeito. Tenho a PUC como a minha casa. Tive oportunidade de me formar lá como assistente social e fico muito feliz de ver essa parceria continuar cada dia melhor e, ano que vem, com a possibilidade da interiorização. À tarde, ao final dos trabalhos, o Deputado Carlin Moura, nosso companheiro de Comissão, receberá todas as propostas. A Comissão de Participação Popular, antes de apresentar o parecer sobre as propostas, sempre faz questão de ter contato com os representantes do Parlamento Jovem, para que também possamos, pedagogicamente, apresentar as motivações em aceitar ou não, encaminhar ou de que forma encaminhar as propostas apresentadas pelo Parlamento Jovem. Então, esse trabalho não se esgota aqui hoje. Depois, cada proposta encaminhada à Comissão será objeto de parecer técnico. A reunião é aberta, e vocês serão convidados a participar. Teremos o maior interesse em dar o melhor encaminhamento possível.

Instalação da Sessão do Parlamento Jovem 2009

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Declaro instalada a Sessão do Parlamento Jovem 2009.

O locutor - Gostaríamos de agradecer a ilustre presença dos componentes desta Mesa de honra. Solicitamos que venham ocupar lugar no Plenário, para que possamos dar início à sessão do Parlamento Jovem 2009.

Designação do Coordenador

O Sr. Presidente - A Presidência convida a assumir a coordenação dos trabalhos da Sessão do Parlamento Jovem 2009 o Exmo. Sr. Leandro Alves Lima, aluno do 7º período do curso de Ciências Sociais da PUC Minas. Agradeço muito a presença dos integrantes desta Mesa. Leandro, espero que você conduza o trabalho da tarde da melhor maneira possível. Viva o Parlamento Jovem! Muito obrigado.

Composição da Mesa

O Coordenador (Leandro Alves Lima) - Convidamos para compor a Mesa da sessão do Parlamento Jovem 2009 Yara de Cássia Alves, coordenadora do grupo de trabalho "Qualidade do Transporte: Mecanismos de Controle e Fiscalização", aluna do 3º período do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas; Izabela Andrade Alves dos Santos, relatora desse grupo, aluna da Escola Estadual Professor Leopoldo de Miranda; Josiane Correa Brandão, coordenadora do grupo de trabalho "Integração do Transporte Coletivo na Região Metropolitana de Belo Horizonte", aluna do 4º período do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas; Ana Vitória de Moura Cunha, relatora desse grupo, aluna do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Minas Gerais; Etelma de Cássia Amaral Rodrigues, coordenadora do grupo de trabalho "Transporte Estudantil", aluna do 5º período do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas; e Leticia Maria Moreira Rabelo, relatora desse grupo, aluna do Instituto Metodista Izabela Hendrix.

Gostaria de dizer que, para mim, é um prazer enorme participar desta Mesa. O ganho do Parlamento Jovem é de toda forma coletivo. Nesta Casa e neste evento, o mais importante não é sermos transformados mais tarde em Deputados ou representantes da política, mas, sim, tornarmos-nos cidadãos comprometidos com a vida ativa em qualquer realidade em que estejamos inseridos. Essa é a frase que traduz o Parlamento Jovem.

Estou muito feliz em participar desta reunião com os estudantes do ensino médio, com os técnicos da Assembleia, com os professores que tanto apoiam o projeto, enfim, com todos os que participam conosco. Um abraço especial para os professores do ensino médio, que também apoiam e abraçam o projeto.

A ciência política define virtude cívica como ato de desprender-se por alguns instantes do que é individual e despender esse tempo para o que é coletivo. Isso é o Parlamento Jovem, ou seja, esse ato de desprender-se por alguns instantes do que é do seu interesse individual para fazer o

que é coletivo, o bem comum, o que é para todos.

Quereria parabenizar todos do Parlamento Jovem que disseram "sim" à democracia, à cidadania e à participação popular, bem como aqueles que, como nós, que estamos aqui, disseram "não" à apatia política, ao individualismo e ao descaso. O Parlamento Jovem é isso.

Sessão do Parlamento Jovem 2009

O Coordenador - Daremos início agora à sessão do Parlamento Jovem 2009, com a discussão e aprovação do documento final sobre o tema "Transporte Urbano".

Esclarecimentos sobre a Dinâmica dos Trabalhos

O Coordenador - Gostaria de informar os presentes da dinâmica que seguiremos. O primeiro passo será a apresentação dos relatórios aprovados nos grupos de trabalho, pelos respectivos coordenadores e relatores, que disporão de até 10 minutos para sua exposição. Vale ressaltar que são todas as mulheres que estão compondo a Mesa comigo. As mulheres estão de parabéns pela presença. É bacana que a Mesa esteja composta assim. É importante ressaltar este espaço que está sendo dedicado a elas. Em seguida, teremos: apresentação das propostas aprovadas nos grupos de trabalho; apresentação oral de pedidos de destaque; votação e aprovação, por maioria simples, do documento final, salvo destaques; discussão, votação e aprovação, por maioria simples, dos destaques; apresentação, discussão e votação de até duas novas propostas por subtema, desde que subscritas por no mínimo 20% dos votantes presentes; priorização das propostas aprovadas, em número de cinco por grupo; e entrega do documento final ao representante da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa.

Leitura de Relatórios e de Propostas Aprovadas nos Grupos de Trabalho e Apresentação de Destaques

O Coordenador - A partir deste momento, os coordenadores e relatores disporão, conjuntamente, de até 10 minutos para relatarmos o processo de discussão nos grupos de trabalho.

- Procede-se à leitura de relatórios e de propostas aprovadas nos grupos de trabalho e à apresentação de destaques.

Votação do Documento Final, salvo Destaques

O Coordenador - Passaremos agora à votação do documento final, salvo destaques. Parece-me que a única proposta que não recebeu destaque foi a nº 3. Quem for favorável à aprovação da proposta que não recebeu pedido de destaque levante o crachá. Por favor, continuem com os crachás levantados para que o pessoal da Assembleia contabilize os votos. (- Pausa.) Aprovada. Está, portanto, aprovado o documento final, salvo destaques.

Discussão e Votação dos Destaques

O Coordenador - Passaremos agora à discussão e votação dos destaques.

- Procede-se à discussão e à votação dos destaques.

Discussão e Votação de Novas Propostas

O Coordenador - Passaremos à discussão das novas propostas. A proposta que está com a Mesa foi apresentada com 20% de assinaturas, portanto está apta para discussão.

- Procede-se à discussão e à votação de nova proposta.

Entrega do Documento Final

O Coordenador - Convido o Deputado Carlin Moura, membro da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa, para receber o documento aprovado. Peço o respeito de todos porque este é um momento muito importante. As propostas serão entregues ao poder público, então é fundamental que todos permaneçam no Plenário para acompanhar a entrega do documento. Gostaria que os componentes da Mesa fizessem a entrega comigo.

Eu, Leandro Alves Lima, Coordenador-Geral do Parlamento Jovem, em nome dos membros do Parlamento Jovem 2009, entrego-lhe o documento final aprovado nesta reunião, para que a Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, da qual V. Exa. é Vice-Presidente, estude as propostas e emita parecer quanto à viabilidade de sua aplicação.

- Procede-se à entrega do documento final ao Sr. Presidente, cujo teor é o seguinte:

DOCUMENTO FINAL do evento parlamento jovem 2009

Tema: Transporte Urbano

Subtema 1

Integração do transporte coletivo na Região Metropolitana de Belo Horizonte - RMBH

Propostas Priorizadas em Plenário:

1 - Criação de estações rodoviárias e metroviárias integradas entre si com a finalidade de ligar as cidades da Região Metropolitana e o Centro de BH, a partir de rotas alternativas, com vistas a diminuir o tráfego na região central.

2 - Implantação do sistema VLT (Veículos Leves sobre Trilhos) e criação de uma linha de metrô que circule na RMBH, com o apoio de empresas privadas para a integração do transporte na Região Metropolitana.

3 - Reconfiguração das máquinas utilizadas atualmente nos ônibus da RMBH para que possam fazer a leitura dos cartões já existentes e fabricação, no futuro, de um cartão único.

4 - Criação de táxi-lotação para a região metropolitana, com itinerário e preços próprios.

Subtema 2

Qualidade do transporte: mecanismos de controle e fiscalização

Propostas Priorizadas em Plenário:

5 - Adequação dos ônibus metropolitanos para que todos tenham três portas, dotadas de mecanismos que facilitem o acesso de pessoas com necessidades especiais, facilitando a entrada e a saída dos passageiros, sendo uma delas adaptada com elevador para deficientes físicos, visando à inclusão social desse grupo.

6 - Instalação de câmeras de vídeo nos ônibus, com parceria entre o Estado e as empresas privadas, para ajudar a comprovar a superlotação e a fiscalizar a segurança dentro dos veículos.

7 - Criação de campanhas que visem ao melhor relacionamento entre pedestres e motoristas, incentivando os pedestres a usar corretamente as faixas de passagem e conscientizando os motoristas sobre a importância de respeitá-los.

8 - Instalação, pelas montadoras, de filtros nos canos de descarga dos veículos de transporte público, sendo tal responsabilidade fixada nos contratos de compra dos veículos, com a devida fiscalização pelos agentes de trânsito.

9 - Melhoria do sistema de sinais, placas e iluminação, em ruas, avenidas e rodovias, e adequação do tempo de travessia.

Demais Propostas Aprovadas em Plenário:

10 - Promoção de melhor fiscalização do horário de partida dos ônibus nas garagens das empresas para que não haja atrasos no decorrer do percurso; fixação de tempo máximo de atraso, sendo aplicadas multas para as empresas que não cumprirem esses tempos, e implantação de quadro de horários nos principais pontos de ônibus.

11 - Uso do etanol como combustível para os ônibus suplementares e de pequeno porte.

Demais Propostas Aprovadas no Grupo de Trabalho:

12 - Adequação dos ônibus metropolitanos para que todos tenham sensores nas portas de saída como medida de segurança para verificar se os passageiros já se localizam fora do veículo.

13 - Adequação dos ônibus metropolitanos a fim de melhorar sua ventilação.

14 - Promoção de reuniões entre as empresas que prestam serviço de transporte público na Região Metropolitana, visando à melhoria e uniformização dos ônibus, preço da passagem e qualidade do atendimento aos usuários.

15 - Estabelecimento de parceria entre o Estado e os Municípios da Região Metropolitana para promover pesquisas sobre os problemas locais relacionados ao trânsito e mobilizar a sociedade em busca de propostas e soluções.

16 - Melhoria da fiscalização dos motoristas que cometem infrações referentes às leis de proteção ao pedestre, como parar sobre a faixa e avançar sinais.

Subtema 3

Transporte estudantil

Propostas Priorizadas em Plenário:

17 - Criação de campanhas que visem conscientizar os motoristas sobre a legislação a respeito dos ciclistas, realização de palestras de conscientização sobre o trânsito e incentivo ao uso de bicicletas nos centros urbanos, mediante:

implantação de ciclovias em locais estratégicos das cidades e melhoria das existentes;

implantação de bicicletários nas escolas públicas estaduais, municipais e privadas, em local de fácil acesso aos estudantes;

aumento do número de ciclovias, construindo-as prioritariamente em áreas de maior fluxo;

fiscalização, pelo poder público, do cumprimento das leis que dizem respeito aos ciclistas e às ciclovias.

18 - Implantação de um programa de fornecimento, a estudantes selecionados por meio de avaliação socioeconômica, de um cartão diário, não cumulativo, para o transporte de ônibus, a ser financiado pelo governo do Estado e fiscalizado pela Secretaria de Educação ou por órgãos afins, ficando a continuidade do benefício condicionada à frequência escolar do aluno.

19 - Realização de campanhas de incentivo à carona solidária entre estudantes e trabalhadores que morem, estudem ou trabalhem em locais próximos.

20 - Criação de cursos de Linguagem Brasileira de Sinais (Libras), ministrados pelo poder público aos condutores e agentes de bordo, visando a inclusão de deficientes auditivos.

Moção:

Que os Municípios mineiros implantem o meio-passe para todos os estudantes de escolas públicas e privadas do ensino fundamental, médio e superior.

O Sr. Presidente (Deputado Carlin Moura) - Em nome do Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, e do Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular, parabenizamos todos vocês pela brilhante aula de democracia e de participação popular. A democracia se fortalece quando se pratica, e vocês deram uma verdadeira aula aqui. Cumprimento todas as escolas que participaram deste evento, a PUC, os professores, os monitores e toda a assessoria da Assembleia.

Essas propostas serão encaminhadas às comissões da Casa, primeiramente à Comissão de Participação Popular e posteriormente a outras comissões. Várias dessas propostas poderão transformar-se em lei, o que depende do acompanhamento e da mobilização de cada um de vocês. A força dessa mobilização é fundamental para que essas propostas se transformem em realidade e façam com que a vida dos estudantes, dos jovens e do povo de Minas Gerais seja cada dia melhor.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência agradece a todos a honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de logo mais, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA SOLENIDADE REALIZADA NA 106ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/11/2009

Presidência do Deputado Doutor Viana

Sumário: Destinação da interrupção dos trabalhos ordinários - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Paulo Guedes - Entrega de placa - Palavras do Sr. Elias Fernandes Neto - Palavras do Sr. Presidente.

Destinação da Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O locutor - Destina-se esta parte da reunião a homenagear o Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS - pelo seu centenário.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Elias Fernandes Neto, Diretor-Geral do DNOCS; Deputado Federal Ademir Camilo; Paulo Bregunci, Vice-Presidente da Fundação Rural Mineira - Ruralminas -; e Deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar as presenças dos Exmos. Srs. ex-Deputado Roberto Amaral, representando o Prefeito Municipal de Montes Claros, Luiz Tadeu Leite; Marco Câmara, Coordenador Estadual do DNOCS; e João Cordoval, Prefeito Municipal de Matias Cardoso; das Exmas. Sras. Maria das Dores de Oliveira Duarte, Prefeita Municipal de Claro dos Poções; e Islã Alves de Oliveira, Vice-Prefeita de São Pedro do Suaçuí; e do Revmo. Sr. Padre Salvador Raimundo Fernandes, Prefeito Municipal de Buritizeiro.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a cantar o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Paulo Guedes

Exmo. Sr. Presidente Deputado Doutor Viana, 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o Presidente desta Casa, Deputado Alberto Pinto Coelho; Exmo. Sr. Elias Fernandes Neto, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas - DNOCS -; Exmo. Sr. Deputado Federal Ademir Camilo; Exmo. Sr. Paulo Bregunci, Vice-Presidente da Ruralminas, neste ato representando o Presidente Sr. Celso Cota; Sras. Deputadas e Srs. Deputados; Prefeitos e Prefeitas; representantes de empresas; nossos Vereadores e Vice-Prefeitos; Dr. Marco Antônio Câmara, Coordenador Estadual do DNOCS, em nome de quem cumprimento todos os servidores do DNOCS presentes nesta reunião.

Exmo. Sr. Presidente, é com muita alegria, satisfação e até mesmo com muita emoção que estamos hoje, na Casa do povo de Minas Gerais, para homenagear um órgão tão importante na história do Estado e de todo o Brasil.

O semiárido brasileiro deve muito ao DNOCS. É com imensa satisfação que a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais homenageia esse órgão tão importante para o desenvolvimento do Norte de Minas, do Vale do Jequitinhonha, do Mucuri, de todo o semiárido mineiro e dos nove Estados nordestinos onde ele atua. É por isso e com muita honra que venho a esta tribuna prestar homenagem a uma instituição responsável por trazer alento e esperança ao semiárido brasileiro. Esta Casa comemora hoje o centenário de um órgão que permitiu que uma grande região do País, castigada com a escassez de água e esquecida pelo governo, desse seus primeiros passos.

Antes da criação do DNOCS, não havia noção de desenvolvimento econômico e social no Nordeste do País, e muito menos no Norte de Minas

Gerais. Sessenta e um anos se passaram desde a inclusão do nosso Estado no Polígono das Secas, e quase tudo, no desenvolvimento inicial da região, deveu-se ao DNOCS, desde a perfuração do primeiro poço artesiano até a construção de grandes açudes, sistemas de irrigação, abastecimento de água e saneamento básico. A mão desse Departamento sempre esteve presente no Norte, no Mucuri e no Vale do Jequitinhonha, procurando diminuir o efeito devastador das secas sobre a região.

Até a criação da Sudene, em 1959, e o envio de órgãos de fiscalização do Estado, como o DER à época, o DNOCS era praticamente a única agência governamental federal no Norte de Minas. Numa tentativa de driblar as dificuldades de acesso e combater o isolamento, a instituição acabou por realizar a construção de diversas estradas, pontes e ferrovias, utilizadas ainda hoje. Que o digam Taiobeiras, Fruta-de-Leite, Janaúba, Espinosa, Montes Claros e Porteirinha, integradas entre si, e o restante do Estado nessa ocasião. Essas ações conjuntas permitiram a expansão de nossa fronteira agrícola e da pecuária. Somadas ao fomento do comércio local, foi possível gerar emprego e renda a muitos que mal tinham condição de subsistência.

Falo do exemplo específico de Minas, porque é o modelo com o qual tenho maior contato. Tive a honra de ser Coordenador Estadual do DNOCS, de 2003 a 2006, época de intensos trabalhos para aumentar o acesso da população ao abastecimento de água, continuados pelo atual Coordenador Marco Antônio Câmara. Mas também é necessário ressaltar que muito do que se vê da infraestrutura hídrica, elétrica e sanitária dos Estados nordestinos deve-se à ação desse órgão de inegável relevância nacional, isso sem contar os projetos ligados à piscicultura, essenciais à revitalização de bacias hidrográficas inteiras.

Aqui em Minas temos, pela primeira vez na história, a construção de uma estação de piscicultura sendo feita pelo DNOCS na cidade de São Francisco. Será a maior estação de piscicultura da América Latina. É por isso, Dr. Elias, que contamos com todo o seu apoio e com todo o apoio da equipe da Diretoria-Geral do DNOCS para que não falem os recursos necessários à conclusão desse sonho, que é a Estação de Piscicultura do São Francisco, uma das obras mais importantes de revitalização do rio, tão esperada pelo povo ribeirinho, pelos pescadores, por todos nós.

Esse zelo pelo bem-estar social é o que faz com que o trabalho desenvolvido pela instituição seja de extrema pertinência até hoje. As dificuldades ainda existem, mas os avanços são inegavelmente importantes.

Parabenizo o Dr. Elias e todos os representantes do DNOCS aqui presentes. Neste momento importante, em que o órgão comemora seus 100 anos, percebemos que é hora de revigorar, de fortalecer e de trazer novos ares para esse Departamento. Esse centenário representa muito para todos nós. É por isso que faço um apelo à Diretoria-Geral do DNOCS e ao Ministério da Integração Nacional: fortaleçam esse órgão, principalmente em Minas Gerais, onde existem somente 28 servidores para atender a 169 Municípios. Não podemos deixar essa instituição tão importante para o desenvolvimento do Estado, da região mais pobre e mais castigada pela seca, fechar por falta de servidores. Confiamos em que o governo do Presidente Lula, por meio do Ministério da Integração Nacional e da Diretoria-Geral do DNOCS, tome as providências cabíveis para o fortalecimento desse órgão tão importante na vida dos Municípios norte-mineiros.

Tive a honra de ser Diretor do DNOCS. Tenho história parecida com a do órgão, pois sou de uma comunidade do interior e filho de trabalhador rural. Fui criado numa região onde não havia água. Cresci vendo minha mãe pegar água na cabeça a 600m de casa, em um riacho próximo. Mais tarde, a vida pregou-me essa surpresa de um dia poder dirigir esse órgão que tanto fez pela região, mas que estava agonizando no governo passado por falta de recursos.

Conseguimos fazer a revitalização do DNOCS em Minas. De 2003 a 2006, quando estivemos à frente do órgão, levamos água encanada para mais de 40 mil famílias da região, numa política de enfrentamento direto dos efeitos da seca. Vários Prefeitos, Vereadores e Vice-Prefeitos, como o Luís Neto, de São Francisco, são testemunhas desse trabalho e dessa luta que empreendemos à frente do órgão.

Dr. Elias, sabemos da importância do DNOCS. Agradeço a toda a bancada federal mineira, votada na região, na pessoa do Deputado Ademir Camilo, representando aqui a bancada federal, que sempre destinou os devidos recursos ao órgão. Anuncio, com satisfação, que a bancada federal de Minas apresenta uma emenda estruturante ao orçamento geral do DNOCS para o ano de 2010. Isso garantirá, por exemplo, a construção da barragem de Congonhas, a maior obra de infraestrutura hídrica do Norte de Minas, que garantirá o abastecimento de água em Montes Claros para os próximos 100 anos. O Verde Grande será revitalizado, e será feita uma transposição ao contrário, tirando-se água da Bacia do Jequitinhonha para levá-la ao Rio Verde Grande, que é da Bacia do São Francisco. A obra beneficiará em torno de 1 milhão de pessoas.

Espero também, como anunciado anteriormente, que o DNOCS e a Ruralminas resolvam os problemas existentes no convênio para a construção da barragem de Berizal. Sanados os problemas, com certeza o Dr. Elias e o Dr. Paulo Bregunci, representante da Ruralminas, farão todo o possível para que possamos retomar as obras dessa importante barragem, que beneficiará mais de 10 Municípios do Alto Rio Pardo. Espero que a Diretoria-Geral do Departamento garanta recursos para a construção da barragem de Vacaria, em Fruta-de-Leite, e de Calindó, no Município de Manga.

Falei da estação de piscicultura. Tudo isso é importante, mas precisamos que a estrutura do DNOCS funcione, Dr. Elias. Por isso precisamos urgentemente de servidores. Temos hoje uma grande patrulha mecanizada para perfurações de poços, ou seja, sete máquinas. Porém, não temos sequer um perfurador no DNOCS.

Por isso, esses 100 anos de comemoração de tantas coisas que o DNOCS já fez têm de servir também para que esta homenagem nos encha de vontade a todos nós - Deputados, classe política, governo federal, Ministro Geddel Vieira Lima, Ministra Dilma Russef e Presidente Lula. Ao realizarmos esta comemoração, reconhecemos que esse órgão construiu centenas de açudes, proveu todo o Nordeste de infraestrutura hídrica e, além disso, possui uma larga experiência em distritos de irrigação, o que contribuiu e continuará contribuindo para o desenvolvimento da região.

Todos sabemos que, daqui para a frente, vamos continuar enfrentando o problema da falta de água. Sempre tivemos o problema no abastecimento de água. Por mais que o DNOCS e a Codevasf trabalhem, sempre haverá problema no abastecimento de água. Na região do semiárido, temos o problema da água salobra, da tubulação que entope, do poço que seca e da caixa que fura. Portanto, temos de cuidar também das pequenas adutoras e barragens, da perfuração de poços e da limpeza e recuperação dos poços existentes.

Que esses 100 anos de existência do DNOCS, comemorados hoje, na Assembleia Legislativa de Minas, sirvam para nós, mineiros, como um instrumento de lembrança de que precisamos continuar firmes em defesa desse órgão que se confunde com a realidade que vivemos em nossa região. Aliás, a nossa região, que precisa de recursos e mais investimentos, vê no DNOCS o órgão com capacidade para executar essas obras tão importantes para o desenvolvimento do Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, o Deputado Doutor Viana, representando o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Alberto Pinto Coelho, fará a entrega ao Sr. Elias Fernandes Neto, Diretor-Geral do DNOCS, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Superar obstáculos na luta contra a seca no semiárido nordestino e no Norte de Minas Gerais: missão árdua, cumprida com

excelência pelo Departamento Nacional de Obras contra as Secas, desde a sua fundação, em 1909. Expressão máxima de trabalho em prol do desenvolvimento socioeconômico, a entidade se destaca pelo empenho em construir o progresso e proporcionar uma vida mais digna à população daquelas regiões. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais rende homenagem ao DNOCS pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao País em sua secular existência".

O Sr. Presidente (Deputado Doutor Viana) - A Presidência, com muita alegria, convida o Deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que suscitou esta homenagem ao DNOCS, para, representando a Assembleia Legislativa, participar do ato de entrega da placa ao Diretor-Geral do DNOCS.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Sr. Elias Fernandes Neto

Exmo. Sr. 1º-Vice-Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, que preside os trabalhos nesta sessão solene, Deputado Doutor Viana; Exmos. Srs. Deputado Federal Ademir Camilo; Paulo Bregunci, Vice-Presidente da Ruralminas; meu amigo Deputado Paulo Guedes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; Marco Antônio, Coordenador do DNOCS no Estado de Minas Gerais; José Alberto, Coordenador-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica do DNOCS; Prof. Melo, da Universidade Federal do Ceará e Diretor do Cetrede; Ricardo, do Cetrede; Deputadas e Deputados; minhas senhoras e meus senhores, quando se fala em DNOCS, normalmente a imagem que vem à mente é a do Nordeste. A região, encravada no semiárido, revela em cada palmo de terra as características climáticas de uma área onde chove pouco e de forma irregular. Mas o mapa do semiárido brasileiro é mais abrangente, ultrapassa os limites nordestinos, e é justamente por isso que estamos aqui hoje. Minas Gerais é o único Estado do País fora do Nordeste que faz parte do semiárido. O Norte mineiro enfrenta historicamente as adversidades do clima e da seca, e, onde existe dificuldade de acesso à água, há a presença do DNOCS.

Já são 61 anos de trabalho na região Norte deste Estado, e tudo começou em Montes Claros. A cidade, hoje polo regional, se desenvolveu a partir das ações de condução e aumento da disponibilidade de água, e, junto com ela, vieram a urbanização, a modernização e o crescimento. Montes Claros é exemplo de desenvolvimento no interior brasileiro. Estou falando da maior cidade do Norte de Minas, com 360 mil habitantes, uma capital regional. O DNOCS acompanhou essa evolução. Foi o Departamento que implantou a infraestrutura necessária para trazer água encanada à cidade. Naquela época, com mão de obra braçal, algumas adutoras foram construídas e outras tiveram a vazão aumentada. A estação de tratamento foi reformada, e quatro reservatórios de água tratada foram construídos com capacidade para 1 milhão de litros cada um. A rede de distribuição foi aumentada em mais de 100km de tubulação. Tudo isso com administração direta. Do operário ao engenheiro, toda a equipe era do DNOCS.

O Departamento também disseminou conhecimentos técnicos e mecânicos. Uma perfuratriz foi fabricada na região, a famosa pica-pua, e depois vieram as perfuratrizes rotativas. As peças artesanais, somadas ao trabalho humano, garantiram a execução de várias obras de infraestrutura. A construção de barragens era o foco para garantir o armazenamento de água. Entre elas, destaco a Barragem de Estreito, a maior e mais antiga da região, já na divisa com a Bahia, no Município de Espinosa.

O açude, inaugurado em 1958, com capacidade para armazenar 75.000.000m³, é responsável pelo abastecimento de milhares de pessoas. Parte da água da barragem é captada pela Copasa e, depois de tratada, segue para usos urbanos e rurais. O açude também garante abastecimento animal e irrigação das plantações.

Outra ação que está na linha de frente do DNOCS no Norte de Minas é a perfuração de poços. Nos últimos tempos, foram mais de 70 poços destinados principalmente ao consumo humano. Esse tipo de abastecimento é altamente eficaz e econômico. Para se ter uma ideia, o litro de água retirada de um poço custa 15 vezes menos que um litro de água retirada de fontes superficiais.

A água dos poços é valiosa no semiárido brasileiro, e há diferenciais que potencializam o abastecimento no Norte de Minas. As vazões dos poços são maiores do que no restante do Nordeste: alguns atingem mais de 200 mil litros por hora. Em locais onde a água é salobra, é possível torná-la potável com a ajuda de dessalinizadores.

Agora, quando o DNOCS comemora 100 anos, o Norte mineiro estará ainda mais presente nesta nova jornada de desenvolvimento. O centenário do DNOCS quer vida nova. Dois pontos fundamentais estão em pauta: a reestruturação do órgão e a atuação do Departamento em outras frentes. O Ministério do Planejamento está encaminhando ao Congresso Nacional o projeto de lei que propõe novo marco regulatório para redefinir as atribuições desse Departamento, até com a ampliação da área de atuação no Estado, com a incorporação de novos Municípios. Devo citar aqui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido e o Plano de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca.

As alterações legais são necessárias na nova jornada de ações do DNOCS, que pretende usar a experiência adquirida nos 100 anos de atuação no semiárido para trabalhar questões atuais e preocupantes, também ligadas ao clima e às suas consequências no dia a dia da população. A proposta é ampliar a participação do DNOCS em programas, projetos e ações em execução no cenário nacional, seja como executor, seja como colaborador e parceiro. Essa parceria pode ser constatada, por exemplo, nas duas maiores linhas de atuação do governo do Presidente Lula: o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC -, em que o DNOCS dispõe de 14 obras de grande porte, no valor de cerca de R\$2.000.000.000,00; e o Projeto de Integração da Bacia do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, que também tem a presença do DNOCS nas ações de desapropriações e no estabelecimento das empresas no canal.

O projeto de lei estabelece objetivos claros: apoio a projetos economicamente viáveis, ambientalmente sustentáveis e socialmente justos; incentivo à participação do setor privado na agricultura irrigada, até mesmo por meio de concessões e parcerias público-privadas; estímulo à organização dos irrigantes para a administração de projetos de irrigação; adoção de técnicas de gerenciamento indutoras de eficiência nos projetos de irrigação; e fomento à transferência de tecnologia e à capacitação de recursos humanos para o desenvolvimento da agricultura irrigada. O crescimento do setor também depende da definição dos instrumentos da Política Nacional de Irrigação contidos no projeto de lei. É preciso trabalhar planos e projetos de irrigação, o Sistema Nacional de Informações sobre Irrigação, os incentivos fiscais, o crédito e o seguro rural, a formação de recursos humanos, a pesquisa científica e tecnológica, a assistência técnica e a extensão rural, as tarifas especiais de energia elétrica para irrigação e a certificação dos projetos de irrigação. Precisamos também garantir a oferta de assistência técnica e a extensão rural permanente e contínua e colocar em prática a Política Nacional de Segurança de Barragens para assegurar que os reservatórios mais antigos continuem beneficiando as populações. Para isso, é preciso destinar verbas para a manutenção das estruturas. Esse conjunto de diretrizes e instrumentos garantirá salto de qualidade que resultará no incremento da geração de emprego e renda, da produção agrícola e da geração de divisas, com impacto direto na inclusão social. O futuro é de multiplicação.

O DNOCS construiu, em 100 anos, 326 grandes açudes com capacidade para armazenar 27.000.000.000m³ de água.

São 38 perímetros irrigados, com área total de 150.000ha irrigados; 21.000 poços tubulares foram perfurados na região, além da implantação de 11 estações de piscicultura e milhares de quilômetros de adutoras.

Quanto à estação de piscicultura de São Francisco, informo ao Deputado Paulo Guedes que, hoje mesmo, pela manhã, mantive contato telefônico com o Ministério da Pesca, e o Coordenador de Piscicultura pediu-me que levasse o projeto que está sendo executado e uma função programática para inclusão na proposta do Ministério, junto com o Ministério da Integração.

Também quero referir-me à barragem de Congonhas, pois, durante muito tempo, é desejada a sua implantação e conclusão. Ontem mesmo, conforme já foi dito pelos Deputados Paulo Guedes e Ademir Camilo, a bancada federal de Minas, principalmente os Deputados ligados mais diretamente ao Norte do Estado, já conseguiu, como emenda estruturante, a garantia do abastecimento de Congonhas. Quero destacar uma figura que tem-se empenhado na luta por esse reservatório de Congonhas, o Vice-Presidente José Alencar, que, por várias vezes, em contatos telefônicos e por meio de correspondências, manifestou o desejo e o interesse de ver essa obra concluída para garantir o abastecimento futuro da cidade de Montes Claros. Segundo estimativas de consumo, dentro dos próximos 10 anos, se essa barragem não estiver construída, Montes Claros entrará em colapso de abastecimento de água.

Por fim, o semiárido brasileiro, que já é o mais habitado do mundo, vai consolidar-se, também, como o mais empreendedor do planeta. Ao agradecer à esta Casa do povo, subindo a esta tribuna, recordei-me dos 16 anos que passei como Deputado Estadual por quatro mandatos em meu Estado. Aqui, na Casa do povo, reverencio o povo de Minas, os grandes homens deste Estado, nas pessoas dos saudosos Presidentes Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves. Obrigado.

Palavras do Sr. Presidente

Saúdo o Sr. Elias Fernandes Neto, Diretor-Geral do Departamento Nacional de Obras contra as Secas, ex-Deputado do Rio Grande do Norte por 16 anos, grande parlamentar, como foi o seu pai por cinco mandatos, e toda a família. É uma alegria tê-lo conosco. Cumprimento o Sr. Marco Antônio Câmara, Coordenador-Geral do DNOCS em Minas Gerais, e, na sua pessoa, cumprimento todos os Diretores, coordenadores e demais membros que administram esse órgão público de grande importância para o nosso país e que atende o Norte e os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha, fundamentalmente. Cumprimento, com muita alegria, o nosso amigo e atuante Deputado Federal Ademir Camilo, cuja presença engrandece a nossa reunião. Sabemos da sua luta e do seu empenho. Cumprimento o Sr. Paulo Bregunci, homem das obras de infraestrutura, principalmente nessa área, representando a Ruralminas.

O meu amigo Paulo Guedes, bravo Deputado Estadual desta Casa, trabalhador, defensor do interesse do povo, que também já dirigiu esse órgão em nosso Estado, num momento de lucidez e grande iluminação, teve a ideia de fazer, com justiça, esta homenagem ao DNOCS pelo seu centenário. Parabéns, companheiro e colega Deputado Paulo Guedes, por mais uma brilhante atitude nesta Casa do povo de Minas Gerais.

Cumprimento os Prefeitos aqui presentes, na pessoa do amigo Pe. Salvador, Prefeito da nossa querida cidade de Buritizeiro. E, na pessoa da Vice-Prefeita Islã Alves de Oliveira, de São Pedro do Suaçuí, cumprimento os Vice-Prefeitos aqui presentes, os Vereadores, as demais autoridades, a imprensa, os telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia, os funcionários da Casa.

O flagelo brasileiro desde o tempo do império e a seca no semiárido nordestino: posso falar sobre isso de cátedra, porque nasci em Alagoas, no agreste alagoano, e vim para Minas com 15 anos. Amineirei-me, mas sabemos muito bem como é a vida nordestina. O próprio Guimarães Rosa já dizia que o nordestino é um bravo. O flagelo da seca no semiárido nordestino vem sendo uma questão constante, desafiando políticas públicas diversas e sendo percebida como causa até de um grave problema humanitário. Habitando o imaginário social, foi tema da arte engajada modernista, seja nas pinturas de Cândido Portinari, representando a dura saga dos retirantes, seja na literatura de Graciliano Ramos, Raquel de Queirós e José Américo de Almeida, gerando também o pungente retrato do homem brasileiro no cinema novo, enquadrado pela obra de Néelson Pereira dos Santos. Se já provocava grandes migrações internas, verdadeiros êxodos nos períodos mais fortes de estiagem, levou os habitantes da região da caatinga a povoarem a Amazônia, no Ciclo da Borracha, e a periferia das grandes cidades brasileiras, principalmente sustentando a eclosão da indústria automobilística de São Paulo. A trajetória pessoal do Presidente Lula é fruto dessa velha luta pela sobrevivência de uma população assolada pelo regime desigual das chuvas, com a escassez de água e a pobreza decorrentes.

No momento, a transposição do Rio São Francisco, com todas as controvérsias ambientais que vem despertando, é a mais recente busca que move o Brasil para solucionar as desigualdades sociais que o sertanejo vem enfrentando, com sua força e tenacidade, já percebidas por Euclides da Cunha, numa insistente busca de redenção, seja pelo cangaço de Lampião e Maria Bonita, seja pelo messianismo de Antônio Conselheiro, em Canudos, seja pelo misticismo que modela a fé dos devotos de Padre Cícero em Juazeiro do Norte.

Nesse contexto, há 100 anos, surgiu a Inspetoria de Obras contra as Secas, origem do atual Departamento Nacional de Obras contra as Secas. No trabalho diário de suas equipes, ao longo dessas décadas, foram criadas diversas alternativas de combate aos efeitos das intempéries, por meio da construção de estradas, hospitais, linhas de transmissão de energia, sistemas de abastecimento de água e de irrigação e por meio do estímulo à piscicultura como opção alimentar para as populações que querem sobreviver com dignidade.

A criação da Sudene, em 1959, manteve o DNOCS construindo obras em todo o Nordeste diretamente, incluindo grandes açudes, barragens e até a rodovia Fortaleza-Brasília. Hoje sua função se centraliza na proteção de locais sujeitos a secas e inundação, na irrigação e na fixação de comunidades na área, além de cuidar do saneamento básico e da assistência aos Municípios no socorro às vítimas de calamidades públicas.

Antes de encerrar, cumprimento, com muita alegria, meu amigo Roberto Amaral, ex-Deputado desta Casa e atualmente Secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Montes Claros. Deixo aqui também nosso abraço a esse grande batalhador, que cumpriu aqui dignamente seu mandato.

Minas Gerais tem também grande e importante região beneficiada pelo DNOCS, a qual abrange o Norte de Minas e os Vales do Jequitinhonha e do Mucuri, incentivada pelo órgão a desenvolver o lado empreendedor de sua população, na luta para conviver num ambiente natural submetido à constante escassez de água. Homenagear esse Departamento, representado aqui por seu Diretor-Geral, Elias Fernandes Neto, e por toda a equipe presente, significa - e o Deputado Paulo Guedes acertou com seu requerimento - reconhecer a fundamental importância desse órgão público, que possibilita uma vida com melhores recursos a todas as comunidades dessas regiões, que continuam sua corajosa luta pela vida, com a reconhecida força que vêm empregando para construir a própria história de nosso país. Parabéns, DNOCS! Muitos outros 100 anos de vida. Muito obrigado.

ATA DA 58ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 19/11/2009

Presidência da Deputada Gláucia Brandão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Wander Borges - Exibição de vídeo - Entrega de placa - Palavras da Sra. Ana Carolina Borges Umbelino - Apresentação musical - Palavras da Sra. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem a Deputada e os Deputados:

Gláucia Brandão - Gustavo Valadares - Wander Borges.

Abertura

A Sra. Presidente (Deputada Gláucia Brandão) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Wander Borges, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear a Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará pelos 228 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Ana Carolina Borges Umbelino, Presidente da Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará; os Exmos. Srs. Deputado Federal Rafael Guerra; Mário Assad Júnior, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais, representando o Prefeito Municipal de Belo Horizonte, Márcio Lacerda; William Borges, Prefeito Municipal de Sabará; e Vereador José Antônio de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Sabará; a Exma. Sra. Marise Alves da Silva, Promotora de Justiça da Comarca de Sabará; e o Exmo. Sr. Deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença nesta solenidade dos Exmos. Srs. Argemiro Ramos, Vice-Prefeito de Sabará; Sérgio Alexandre Silva, Secretário Municipal de Cultura e Patrimônio de Sabará; Wagner Calixto da Cruz, Presidente da Sociedade Musical Santo Antônio de Roça Grande; Magno Roberto de Brito, Vice-Presidente da Sociedade Musical e Cultural Santa Lúcia; José Borges, Presidente da Sociedade Musical São Sebastião; Tupinambá Pedro Amorim da Silva, Presidente do Conselho Municipal do Idoso de Sabará; Amilton das Neves Rosa, Vice-Presidente da Apac de Sabará; André Alves, Secretário Municipal de Turismo de Sabará; Vereador Wilson Ribeiro; Denilson Pedrosa, Secretário de Esportes de Sabará; Vereador Gilson do Araújo; e Prof. José Ribeiro de Moura, da Fundação Cultural de Belo Horizonte, representando o Diretor Executivo, Francisco José Fogaça; e da Exma. Sra. Martha Luzia Del Rio, Secretária Municipal de Educação de Sabará.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela Banda, Orquestra e Coral da Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará, sob a regência do maestro Marcos Eduardo Eloi da Silva.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado Wander Borges

Boa noite a todos. Cumprimento minha colega Deputada Estadual Gláucia Brandão, representando, neste ato, nosso querido companheiro e amigo Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa. Gláucia é nossa vizinha de Ribeirão das Neves, esposa do saudoso ex-Deputado Eduardo Brandão e ex-Prefeito de Neves. Quero aqui abraçar carinhosamente nossa jovem Ana Carolina Borges Umbelino, Presidente da Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará, e, na pessoa da Ana, saudar todos os Presidentes de bandas e demais músicos aqui presentes; nosso companheiro, amigo e parceiro de Sabará, Deputado Federal Rafael Guerra Pinto Coelho, médico gastroenterologista; nosso grande amigo Mário Assad Júnior, grande parceiro de Sabará, que muito nos tem auxiliado na relação da construção da Região Metropolitana de Belo Horizonte, neste ato representando o Prefeito Márcio Lacerda. O Mário é ex-Deputado Federal, ex-Diretor da Telemig e, naquela época, colocou um grande número de telefones em Sabará, quando telefone ainda fazia parte da declaração do Imposto de Renda. Cumprimento o William Borges, Prefeito de Sabará, e, na sua pessoa, também todos os servidores da Prefeitura e os Secretários presentes; a Promotora de Justiça da Comarca de Sabará, Dra. Marise Alves Silva, amante da música, sobretudo das bandas, e que tem carinho muito grande com nossa comunidade e com a Banda Santa Cecília. É grande exemplo para todos nós. Há 10 ou 12 anos, eu dizia, Dra. Marise, que o menino ou a menina que pega instrumento musical, seja de sopro, de corda, seja outro qualquer, não pega em arma. Cumprimento a imprensa, as senhoras e os senhores, meus amigos, Vereador Wilson, Vereador Gilson, ex-Diretores da Banda Santa Cecília. Preparei algo muito simples, mas talvez reflita um pouco da emoção que sentimos neste momento. A Assembleia traz esta homenagem como ato simbólico de reconhecimento e para motivar o que entendemos ser o caminho certo. A música faz parte da vida e da história dos mineiros. É por meio dela que nos lembramos de momentos marcantes, de amores e de desamores vividos, de amizades, de um cheiro, de um instante que nos foi especial. Para embalar a arte de Aleijadinho e a poesia dos Inconfidentes, surgiu, ao final do século XVIII, a música barroca. Música que retrata a luta, a bravura e o amor de nossos heróis, que deram sua vida em troca da realização de seus ideais. Nossa música barroca é um pouco de tudo que somos, é a lembrança mais próxima de nossa tradição e história. Nela encontramos nossos causos, os olhares desconfiados, as lendas, o folclore, nos lembramos das nossas serenatas, do som do carro de boi passando pelas estradas de terra vermelha, que marcaram nossa infância e nos deixam saudades. Se escutarmos o som de uma banda, de uma orquestra barroca, onde quer que estejamos, nos lembraremos das diversas cidades históricas desta Minas Gerais. Sentiremos o cheiro da nossa casa, o gosto do pão de queijo quentinho, da broa de fubá e da nossa vizinhança sentada no passeio para as conversas corriqueiras, porque isto traduz Minas, é nossa tradição, são nossos costumes. Afinal, quem aqui nunca saiu ao portão de casa para ver uma banda ou uma orquestra passar? Entre as diversas bandas, corais e orquestras que deram sinfonia à nossa trajetória, encontramos a amada e admirada Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará, uma das mais antigas e atuantes do nosso Estado e, por que não dizer, deste país. Com 228 anos - alguns dizem ser outra a idade, mas os anais registram essa -, a Sociedade Musical Santa Cecília resiste ao tempo e aos obstáculos, com a paixão e a dedicação de nossos jovens músicos e instrumentistas. Está sempre presente nas festividades. Seus ensaios são bastante apertados, pois, afinal de contas, essa menina tem seu caminho a seguir na busca da educação, da profissionalização e do seu estabelecimento perante a sociedade. Seus profissionais se mostram realmente envolvidos e dispostos a levar, com entusiasmo e devoção, as raízes sabarenenses e mineiras por onde quer que passam. Devemos ressaltar também que a Banda Santa Cecília inspirou a criação de tantas outras por este Estado afora. Na nossa comunidade, sua trajetória abriu caminho para a criação das seguintes bandas: São Sebastião; Lira da Paz de Ravena, que, por quase 40 anos, ficou desativada e depois voltou em grande estilo; Santo Antônio de Roça Grande, que tem como um de seus membros um molequezinho que não tem 10 anos e é um grande instrumentista; Santa Lúcia; e a recém-criada, nossa irmãzinha mais nova, a do Bairro Nossa Senhora de Fátima. Além de perpetuar a musicalidade barroca, com a composição de banda, orquestra e coral, fruto do trabalho da diretoria - citarei três nomes, esperando que todos se sintam agraciados: Humbelino, Antônio Bárbara e José Vitor -, a Banda Santa Cecília ainda cultiva um acervo de antigas partituras, que vem tentando restaurar e organizar para disponibilizá-las para toda a sociedade. Eu, que sou um verdadeiro admirador pessoal dessa banda, que muito nos honra com a garra e

determinação de seus músicos e diretoria, procuro, na medida do possível, motivá-los a continuar esse trabalho. E espero que, com o reconhecimento desta data e a demonstração de superação do tempo e das dificuldades por parte dessa histórica banda, as instituições públicas, em todos os níveis de governo, a iniciativa privada e todo o conjunto da sociedade possam se voltar para essa causa e engrandecer a cada dia nossa cultura, que é tão rica. Não há por que não lembrar de tantas e tantas bandas de música que acabaram sendo destruídas através dos anos, por falta de apoio, liderança, músicos, enfim, por causa de um contexto no qual a determinação e o trabalho da Banda Santa Cecília falaram mais alto. Enfim, como uma aula de história dada a cada nota, a cada cantiga, a cada partitura, a Sociedade Musical vem ensinando-nos a não nos esquecermos de nossa gente, de nossa história, de nossa Minas Gerais e de nossa Sabará. É por este motivo que estamos aqui, para parabenizá-los por esta linda trajetória e luta diária em manter viva a música e os pensamentos libertários dos Inconfidentes. Obrigado, Sociedade Musical Santa Cecília e todas as demais sociedades musicais e corporações, por não desistirem de suas vocações, sobretudo dos seus sonhos, principalmente por acenderem em nós o orgulho de sermos sabarenses. Muito obrigado, Funica, Antônio Apolônio Evangelista, de 84 anos e 58 anos de Santa Cecília, nosso eterno e talvez o mais antigo da Banda Santa Cecília, contrapondo à Banda Santo Antônio de Roça Grande. Vocês, com certeza, são o exemplo de Minas Gerais. Muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante, a Deputada Gláucia Brandão, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega à Sra. Ana Carolina Borges Umbelino, Presidente da Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "A riqueza e a originalidade da música barroca mineira têm na Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará um importante centro de preservação e divulgação. A mais antiga instituição musical em atividade no Estado também desempenha papel fundamental na formação de jovens músicos, aliando assim a conservação do passado ao investimento no futuro cultural de Minas. A homenagem da Assembleia Legislativa de Minas Gerais a essa nobre entidade pelos 228 anos de significativos benefícios gerados para a sociedade".

A Sra. Presidente - Convido o Deputado Wander Borges para acompanhar-me nessa justa homenagem.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras da Sra. Ana Carolina Borges Umbelino

Exma. Sra. Deputada Gláucia Brandão, representando o Deputado Alberto Pinto Coelho, Presidente desta Casa; Exmos. Srs. Deputado Federal Rafael Guerra; Mário Assad Júnior, Secretário Municipal de Assuntos Institucionais, representando o Sr. Márcio Lacerda, Prefeito de Belo Horizonte; William Borges, Prefeito de Sabará; José Antônio de Lima, Presidente da Câmara Municipal de Sabará; Exma. Sra. Marise Alves Silva, Promotora de Justiça de Sabará; Exmo. Sr. Deputado Wander Borges, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade; boa noite.

A fundação da Santa Cecília de Sabará remonta à introdução da cultura musical nas Minas Gerais. Segundo a tradição oral, por volta de 1776, nove mestres de música, entre eles um sacerdote, vieram de São Paulo com o objetivo de implantar aqui um programa que privilegiava a música erudita e religiosa. Permaneceram, por quatro anos, em Sabará, Ouro Preto, Mariana, Diamantina e Caeté. Referências documentais podem ser encontradas nos acervos das irmandades religiosas de Sabará. Na Ordem Terceira do Carmo e na Irmandade de São Francisco, por exemplo, há recibos de pagamentos a músicos, por ocasião de eventos litúrgicos em 1781. Fotos antigas, inclusive um quadro da reorganização da banda, datada de 1871, reforça o valor dessa instituição na vida cultural da nossa cidade. Ao longo do tempo, a Santa Cecília de Sabará é um modelo de resistência artística. Passou por períodos difíceis, situações de quase abandono por parte dos poderes públicos. Sobrevivia, sempre, graças à fidelidade daqueles que trazem, na alma, a verdadeira chama da arte. A formação de músicos em Sabará é uma das mais caras aspirações da Santa Cecília. E, com o trabalho de professores contratados, quando possível, e a força da ação voluntária de nossos membros, temos curso de formação básica na sede e em outros espaços oferecidos por comunidades interessadas na formação cultural de suas crianças e adolescentes. Recebemos depoimentos emocionantes de pais e de educadores que acompanham o resgate da autoestima de jovens, que, a partir do estudo sistemático da música, assumem uma postura construtiva de vida. Hoje, completando 228 anos, dedicamos essa alegria aos nossos familiares, sempre presentes em nossas atividades, e também à população da nossa cidade, que sempre prestigia nossas apresentações em eventos cívicos, culturais e religiosos. Aos poderes públicos que nos apoiam todo o nosso reconhecimento. Ressaltamos a importância da Fundac-BH em nosso trabalho, por meio da valiosa parceria para o aprimoramento técnico de nossos músicos.

Registramos aqui, de forma especial, nossa consideração ao Deputado Wander Borges, grande incentivador da Santa Cecília desde a sua primeira gestão como Prefeito da nossa querida Sabará. Como exemplo de sua abnegação, Wander, citamos a sua presença em nossas reuniões voltadas para a recuperação da entidade; a instituição de subvenção municipal anual; a participação efetiva na reforma e na adequação da nossa sede; a contratação de um profissional técnico para o trabalho de musicalização e regência; o apoio aos projetos elaborados pela nossa diretoria, dando mais credibilidade à entidade perante os investidores; além da criação de bandas de música em outros bairros do Município. O senhor resgatou a cultura musical da nossa cidade. Graças ao seu empenho, hoje Sabará retoma a sua tradição na formação musical, não só mostrando o que foi realizado no passado, mas também desenvolvendo um trabalho de qualidade, assegurando a preservação dessa arte às gerações futuras. A todos aqui presentes, deixamos o convite para uma visita a nossa sede, localizada à Rua do Carmo, nº 91. Terão oportunidade de conhecer melhor as atividades desenvolvidas pela banda, pela orquestra e pelo coral. Lá nos encontramos todos os dias da semana, inspirados naqueles que nos antecederam e nos legaram um precioso bem: a sensibilidade musical. Aprimorando esse dom, a cada dia demonstramos nossa gratidão a Deus, à nossa protetora Santa Cecília, aos músicos já falecidos e aos nossos antepassados. Nós, da diretoria atual, queremos encerrar essa fala deixando nosso afetuoso abraço a cada músico, a cada aluno e a tantas pessoas que, de forma anônima e solidária, se esforçam para manter viva nossa arte! Obrigada!

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a uma apresentação musical, com a interpretação das músicas "Três Novos Companheiros", de José Umbelino; "Besame", de Flávio Venturini; e "Coro nº 10 do Oratório de Natal", de Camille Saint-Saens, a serem executadas, respectivamente, pela Banda de Música, pela Orquestra e Coral e pela Banda, Orquestra e Coral da Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará, sob a regência do maestro Marcos Eduardo Eloi da Silva.

- Procede-se à apresentação musical.

O Deputado Wander Borges - Sra. Presidente, quero quebrar o protocolo e solicitar que nossa Sociedade Santa Cecília toque mais uma música, para brilhar ainda mais nossa noite.

A Sra. Presidente - Permitirei não apenas uma, mas duas músicas.

- Procede-se à apresentação musical.

Palavras da Sra. Presidente

Boa noite a todos mais uma vez. É com alegria e muita honra que estou, nesta noite, representando nosso querido Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, que, por compromissos assumidos anteriormente, não pôde estar presente. Na realidade, está recebendo o título de Cidadão Honorário em Montes Claros. Sra. Presidente da Sociedade Musical Santa Cecília de Sabará, instrumentista, competente jovem Ana Carolina Borges Umbelino, na pessoa de quem cumprimento toda a Diretoria da Sociedade Musical e todos os integrantes da Banda, da Orquestra e do Coral da Sociedade Musical Santa Cecília; Exmo. Sr. Deputado Federal Rafael Guerra, que muito nos honra com sua presença nesta solenidade; Exmo. Sr. Secretário Municipal de Assuntos Institucionais, Mário Assad Júnior, representando o Prefeito de Belo Horizonte, Márcio Lacerda, obrigada pela presença; nosso querido Prefeito de Sabará, William Borges, parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo à frente da Prefeitura; Presidente da Câmara Municipal de Sabará, José Antônio Lima, parabéns pelo trabalho, na pessoa de quem também cumprimento os demais Vereadores presentes; Sra. Promotora de Justiça de Sabará, Dra. Marise Alves Silva, seja sempre bem-vinda, as mulheres sempre à frente de trabalhos importantes, muito obrigada por sua presença nesta noite; e nosso querido amigo, autor do requerimento que deu origem a esta solenidade, Deputado Wander Borges, ex-Prefeito de Sabará, amigo, pessoa que tem feito diferença nesta Casa, que tem o comprometimento com o bem comum, que trabalha arduamente defendendo e muito bem representando Sabará e toda a Região Metropolitana. Parabéns, Wander, pelo trabalho e por ter resgatado a cultura musical de Sabará, como a Carol falou; parabéns pelo trabalho que vem desenvolvendo em prol de Minas Gerais. Senhoras e senhores, Sabará, tão próxima de Belo Horizonte, é guardiã de inúmeros tesouros dos quais não temos o conhecimento que deveríamos ter. Não fosse em si mesma um monumento histórico, pela preservação de seu centro urbano, a vila fundada por Borba Gato, sede da extensa Comarca do Rio Das Velhas, com suas riquíssimas lavras e tão importante durante o ciclo do ouro, mantêm vivo o testemunho de sua refinada cultura pela permanência de uma tradição marcada pela autenticidade. Grande centro comercial da colônia, onde foi instalada a casa da intendência para a cobrança do quinto, o imposto que os mineradores eram obrigados a pagar à Coroa Portuguesa, Sabará tornou-se também um admirável núcleo artístico, no qual se destaca a imponência de seus templos, como o do Carmo, o de Nossa Senhora da Conceição ou a pitoresca Igreja de Nossa Senhora do Ó. Ali, grandes artistas plásticos representaram o apelo ao emocional e ao dramático, em oposição ao racionalismo presente na arte renascentista. Luz e sombra, curvas e volutas expressam a alma conflituosa do nosso homem colonial.

Outra arte própria da época foi a música, presente nas cerimônias religiosas e nas festas comemorativas, no âmbito da colônia, de nascimentos ou casamentos na família real, dando origem ao surgimento de músicos nascidos e revelados em Minas Gerais, como Lobo de Mesquita, Manuel Dias de Oliveira e Francisco Gomes da Rocha. Eram as irmandades ou ordens terceiras, associações leigas em torno de um santo de devoção, as responsáveis pela atividade religiosa, já que os mosteiros foram proibidos nas regiões auríferas. Essas organizações costumavam corresponder a certas categorias profissionais, e as irmandades dos músicos, sob a invocação de Santa Cecília, existiram em Vila Rica, São João del-Rei e Sabará. Contratados pelas câmaras das vilas, conjuntos musicais com instrumentistas e cantores participavam de procissões, como a de Corpus Christi, da Semana Santa e das festas do Divino Espírito Santo, tradição ainda presente em todas as nossas cidades históricas. Santa Cecília, mártir romana e cantora de Deus em sua virgindade, é patrona de todos os que trabalham originariamente pela música sacra. E assim dá seu nome à mais antiga instituição musical em atividade de Minas Gerais, criada em Sabará em 1781, portanto há bem mais de dois séculos. Além de formar novos músicos, fazendo com que a maioria de seus integrantes seja composta de instrumentistas com menos de 30 anos, destaca-se como guardiã de nossa música dos séculos XVIII e XIX, com seu importante acervo de partituras, que inclui peças originais do barroco mineiro. Minas Gerais tem, portanto, uma dívida enorme com essa corporação musical, que, executando com virtuosismo a música contemporânea, vem também preservando, mais que nossa memória musical, as próprias bases da identidade cultural do povo mineiro. Ao seu reconhecido profissionalismo, ao talento e à dedicação de cada um dos seus participantes, cabem com muita justiça este agradecimento e esta homenagem dos cidadãos de toda a Minas Gerais, representados neste Parlamento. Parabéns à sociedade Musical de Santa Cecília pelos 228 anos de existência; parabéns à Presidente Carol pelo belíssimo trabalho; parabéns a todos os integrantes da banda, da orquestra e do coral da Sociedade Musical de Santa Cecília por nos propiciar uma noite memorável, que acalenta nossa alma e nos prepara para um sono tranquilo. Que Deus continue abençoando todos vocês, dando-lhes sabedoria, entusiasmo, coragem nesse compromisso com o próximo e com a formação de pessoas importantes para a preservação e desenvolvimento da música em Minas e, em especial, em Sabará. Que Deus nos abençoe. Muito obrigada.

Encerramento

A Sra. Presidente - A Presidência agradece a presença dos convidados e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de amanhã, dia 20, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

Ata da 28ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 5/11/2009

Às 14h45min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados André Quintão, Eros Biondini e Duarte Bechir, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado André Quintão, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eros Biondini, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da Comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência, publicada no "Diário do Legislativo" do dia 15/10/2009: ofícios dos Srs. Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; e Ciro Pedrosa e Bonifácio Andrada, Deputados Federais. O Presidente acusa o recebimento da Proposta de Ação Legislativa nº 1.030/2009, em turno único, cuja relatoria avocou a si. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetido a votação, é aprovado requerimento dos Deputados André Quintão e Carlin Moura em que solicitam seja encaminhado pedido de providência ao Presidente da Copasa-MG para que seja instalada, em caráter de urgência, rede de abastecimento de água e esgoto nas comunidades rurais do Município de Comercinho destacadas por Vereadores desse Município. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente - Célio Moreira - Eros Biondini - Carlin Moura.

Ata da 29ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 17/11/2009

Às 9h35min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Chico Uejo, Padre João, Ronaldo Magalhães e Fábio Avelar (substituindo o Deputado Sebastião Costa, por indicação da Liderança do BPS), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Ademir Lucas. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Dalmo Ribeiro Silva, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ronaldo Magalhães, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 3.948, 3.949, 3.953 e

3.956/2009 (Deputado Gilberto Abramo); 3.938, 3.947, 3.957, 3.967, 3.969 e 3.970/2009 (Deputado Delvito Alves); 3.943, 3.945, 3.954, 3.965 e 3.968/2009 (Deputado Ronaldo Magalhães); 3.942, 3.952, 3.955 e 3.962/2009 (Deputado Sebastião Costa); 3.939, 3.941, 3.944, 3.951, 3.961 e 3.964/2009 (Deputado Chico Uejo); 3.940, 3.946 e 3.966/2009 (Deputado Padre João); 3.950, 3.958 e 3.963/2009 (Deputado Dalmo Ribeiro Silva). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Resolução nºs 3.928/2009 (relator: Deputado Fábio Avelar, em virtude de redistribuição) e 3.929/2009 (relator: Deputado Chico Uejo); e dos Projetos de Lei nºs 3.221/2009 com a Emenda nº 1, 3.754/2009 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Chico Uejo) e 3.725/2009 (relator: Deputado Delvito Alves). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 3.113/2009 deixa de ser apreciado tendo em vista solicitação de prazo regimental pelo Deputado Fábio Avelar, relator em virtude de redistribuição. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade dos Projetos de Lei nºs 3.193/2009 (relator: Deputado Chico Uejo) e 3.194/2009 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães). O Projeto de Lei nº 3.709/2009 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães) é convertido em diligência à Secretaria de Desenvolvimento Econômico; o Projeto de Lei nº 3.752/2009 (relator: Deputado Delvito Alves), à Secretaria de Saúde; o Projeto de Lei nº 3.932/2009 (relator: Deputado Delvito Alves), à Secretaria de Planejamento e Gestão e à Prefeitura Municipal de São Geraldo; e o Projeto de Lei nº 3.935/2009 (relator: Deputado Padre João), à Secretaria de Planejamento e Gestão. Os Projetos de Lei nºs 3.830 e 3.851/2009 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do Deputado Sargento Rodrigues, aprovado pela Comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.467/2008 deixa de ser apreciado tendo em vista solicitação de prazo regimental pelo Deputado Dalmo Ribeiro Silva, relator em virtude de redistribuição. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os pareceres pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 3.263/2009 com a Emenda nº 1; 3.905, 3.910 e 3.924/2009 (relator: Deputado Ronaldo Magalhães); 3.563/2009 (relator: Deputado Padre João); 3.583/2009, 3.607, 3.608 e 3.907/2009 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Delvito Alves); 3.587 e 3.641/2009 com a Emenda nº 1, 3.908 e 3.914/2009 (relator: Deputado Chico Uejo); e 3.917/2009 (relator: Deputado Dalmo Ribeiro Silva, em virtude de redistribuição). Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela antijuridicidade, inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei nº 3.624/2009 (relator: Deputado Padre João). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos em que se solicita sejam baixados em diligência ao autor os Projetos de Lei nºs 3.926 e 3.939/2009. Submetido a votação, é aprovado requerimento do Deputado Delvito Alves em que solicita seja encaminhado aos Presidentes do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e do Conselho Nacional de Justiça pedido de providências para a instalação de uma vara da Justiça Federal em Unai. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a realizar-se amanhã, dia 18/11/2009, às 17 horas, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 18 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente - Ronaldo Magalhães - Neider Moreira - Sebastião Costa.

Ata da 31ª Reunião Ordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 18/11/2009

Às 9h2min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Jayro Lessa (por indicação da Liderança do DEM) e Padre João (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Está presente, também, o Deputado Rêmo Aloise. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Jayro Lessa, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre questões relativas à saúde dos trabalhadores das indústrias extrativas vegetal e mineral no Estado, em especial sobre a alta incidência de silicose e de acidentes de trabalho, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios dos Srs. Mário Paulo de Moura Campos Montoro, Juiz de Direito, encaminhando cópia da ata de audiência na qual a Defensoria Pública lotada na Comarca de Belo Horizonte recusou-se a acompanhar as audiências designadas em carta precatória; Valdecir Ambrosio Ferreira, detento da Penitenciária Regional de Três Corações, solicitando ajuda desta Comissão para seus processos criminais; e de correspondência publicada no "Diário do Legislativo" no dia 12/11/2009: ofícios dos Srs. Paulo Roberto Moreira Cançado, Secretário-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça, Fernando José de Lima, Secretário de Gabinete da Prefeitura Municipal de Betim, Cel. PM Cezar Romero Machado Santos, Corregedor da PMMG (3), e Marco Antônio Monteiro de Castro, Chefe da Polícia Civil de Minas Gerais. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Giêdra Cristina Pinto Moreira, Defensora Pública Federal, responsável pelo Ofício de Direitos Humanos e Tutela Coletiva, e Marta Freire, Diretora do Centro Regional de Minas Gerais - Fundacentro -; e os Srs. Antônio Augusto Rocha, Procurador do Ministério Público do Trabalho, representando a Procuradora Adriana Augusta de Moura Souza; Mário Parreiras de Faria, médico do trabalho, Chefe da Seção de Segurança e Saúde do Trabalhador da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (substituto), representando Ricardo Ferreira Deusdara, José Maria Soares, Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - Ftiemg -; e João Paulo Pires Vasconcelos, Assessor Político da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - Ftiemg -, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, Deputado Durval Ângelo, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados: Durval Ângelo (7) em que solicita sejam encaminhadas ao Secretário de Defesa Social, para tomada de providências, cópias das notas taquigráficas da reunião realizada em 4/11/2009 e do relatório da visita ao Complexo Penitenciário Feminino Estevão Pinto, em 3/11/2009; seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre quem determinou que a reintegração de posse do terreno usado pelo Centro de Recreação, Atendimento e Defesa da Criança e do Adolescente - Circo de Todo Mundo - fosse executada durante a noite e com o uso de aparato excessivo; sejam encaminhados ao Advogado-Geral do Estado pedido de informações sobre quem emitiu a ordem de reintegração de posse do terreno usado pelo Circo de Todo Mundo, bem como os motivos que levaram a Advocacia-Geral do Estado a fazê-lo imediatamente, quando ainda transcorriam as negociações com os responsáveis por essa ONG; seja realizada visita ao Detran/MG, com os convidados que menciona, visando obter esclarecimentos sobre as obras na MG-20, que estariam causando transtornos aos moradores na região do Bairro Novo Tupi; seja encaminhado à Defensoria Pública do Estado pedido de providências com vistas a analisar a situação dos detentos acautelados no Presídio de São Joaquim de Bicas I, por meio de um mutirão, e encaminhar ao Poder Judiciário as petições cabíveis; seja realizada reunião de audiência pública para obter esclarecimentos sobre a situação das Ocupações Camilo Torres e Dandara, situadas nesta Capital, sobretudo em relação ao atendimento pela Prefeitura Municipal às demandas sociais desses acampamentos na área de saúde, educação e outros direitos sociais; seja encaminhado à Corregedoria do Sistema Prisional da Secretaria de Estado de Defesa Social pedido de informações sobre as circunstâncias da morte da presa Maria Aparecida de Jesus Campolino, que cumpria pena no Complexo Penitenciário Estevão Pinto, em 16/11/2009, por possível omissão de socorro; Durval Ângelo e Padre João em que solicitam seja realizada reunião de audiência pública, com os convidados que mencionam, em Salto da Divisa, para obter esclarecimentos sobre conflitos agrários no acampamento Dom Luciano Mendes, localizado na Fazenda Monte Cristo, e as constantes ameaças de morte sofridas pela Irmã Geralda Magela Fonseca, freira da Congregação das Irmãs Romanas de São Domingos; Célio Moreira (3) em que solicita seja encaminhado ao Superintendente Regional do Inca em Minas Gerais pedido de providências para que sejam realizados estudos emergenciais com a finalidade de renovar convênio com a Emater-MG, para que essa empresa preste assistência aos assentados do Projeto de Assentamento Correntes, localizado em Barra do Guaicuí, Distrito do Município de Várzea da Palma; sejam encaminhadas ao Secretário de Estado do Meio Ambiente e ao Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários, do Ministério Público Estadual, na pessoa do Procurador Afonso Henrique de Miranda Teixeira, para conhecimento, cópias das notas taquigráficas da reunião realizada em 16/11/2009, nesse Distrito; seja realizada reunião de audiência pública, com os convidados que menciona, para discutir encaminhamentos relativos à situação dos Assentamentos em Barra do Guaicuí; e Célio Moreira e Ana Maria Resende em que solicitam seja realizada visita desta Comissão ao Ministro do Meio Ambiente para debater questões relacionadas à incorporação da mata seca à mata atlântica e os efeitos decorrentes dessa incorporação, em especial nos assentamentos de trabalhadores rurais. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Ivair Nogueira - João Leite.

Ata da 37ª Reunião Extraordinária DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, em 19/11/2009

Às 9h8min, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Durval Ângelo, Ivair Nogueira (substituindo o Deputado Vanderlei Miranda, por indicação da Liderança do PMDB) e João Leite (substituindo o Deputado Fahim Sawan, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ivair Nogueira, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a ouvir as denúncias de perseguição e ameaça apresentadas pelas Sras. Mariluzia Cristina Rabelo de Melo e Alicieny Amaral de Castro Coelho, servidoras da Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Mariluzia Cristina Rabelo de Melo, Agente Administrativa da Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas; Alicieny Amaral de Castro, Auxiliar Administrativa da Prefeitura Municipal de Carmópolis de Minas; e Catherine Amaral de Castro, Professora das Escolas Estaduais Lígia Beatriz Amaral e Presidente Tancredo Neves; e os Srs. Dirceu da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas; Gilberto Rabelo Silveira, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas; Marcelo de Freitas dos Reis, Secretário da Câmara Municipal de Carmópolis de Minas; Antônio Pinto de Vasconcelos, Vereador da Câmara Municipal de Leopoldina, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. A Presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos Deputados: Durval Ângelo (10) em que solicita seja realizada reunião de audiência pública com a Comissão do Trabalho, da Previdência Social e da Ação Social, com convidados que menciona, para apurar denúncias relativas a violações de direitos humanos e da legislação trabalhista, perpetradas pela empresa G5 contra assalariados contratados para corte de cana, no Município de João Pinheiro; sejam encaminhados à Corregedoria da PMMG, à Ouvidoria de Polícia do Estado e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e de Apoio Comunitário, para conhecimento e providências cabíveis, os documentos anexos sobre denúncia de arbitrariedade policial e violação de direitos humanos perpetradas contra o Vereador Walter Duarte; sejam encaminhadas ao Fundacentro, à Defensoria Pública da União, à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, à Secretaria de Estado de Saúde e ao Ministério Público do Estado, para tomada de providências, cópias do dossiê apresentado nesta Comissão pelo Presidente da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais, em 18/11/2009; sejam encaminhados ao Ministro do Trabalho e Emprego e ao Ministro da Previdência Social pedidos de providências para elaboração de estudos e planos de trabalho, com apresentação de propostas e metas para o enfrentamento dos problemas causados pela silicose; seja encaminhado à Secretaria Estadual de Saúde pedido de informações sobre as providências tomadas com relação ao pronto atendimento aos portadores de silicose, de forma a garantir-lhes um adequado diagnóstico; sejam encaminhadas à Corregedoria do Tribunal Regional do Trabalho, ao Ministério Público do Trabalho, à Defensoria Pública da União, à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, à Delegacia Regional do Trabalho, à Federação dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas do Estado de Minas Gerais - Ftiemg - e ao Fundacentro, para tomada de providências, cópias das notas taquigráficas da reunião realizada no dia 18/11/2009; seja encaminhado ao Fundacentro pedido de informações sobre as soluções técnicas elaboradas e as providências tomadas para combater a silicose; seja encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça cópia das notas taquigráficas da reunião realizada no dia 18/11/2009 e pedidos de providências quanto as denúncias sobre a conduta funcional de juizes do trabalho, apresentadas pela Central Única dos Trabalhadores de Minas Gerais - Cut - e sindicatos filiados, e sobre as questões relativas à saúde dos trabalhadores das indústrias extrativas vegetal e mineral do Estado; seja encaminhada à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados pedido de providências para que seja realizada reunião de audiência pública, com os convidados que menciona, para apurar denúncias sobre as condições de trabalho nas indústrias extrativas de Minas Gerais, especialmente afetadas pela terceirização, pela informalidade, pelas formas de trabalho degradantes e pela silicose; seja realizada reunião de audiência pública, com convidados que menciona, para discutir e debater os conflitos agrários no Município de Rio Pardo de Minas e a violência contra trabalhadores rurais sem terra; e Ivair Nogueira (2) em que solicita seja realizada visita à Prefeitura Municipal e aos locais de trabalho das servidoras Mariluzia Cristina Rabelo de Melo e Alicieny Amaral de Castro, em Carmópolis de Minas, com convidados que menciona, para verificação de suas situações; sejam encaminhados à Promotora de Justiça da Comarca de Carmópolis de Minas pedidos de providências para agilizar a apuração da representação feita pelas Sras. Mariluzia Cristina Rabelo de Melo e Alicieny Amaral de Castro e para propor um Termo de Ajustamento de Conduta com o Executivo Municipal, no intuito de cessar a perseguição às servidoras em questão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, a ser realizada hoje, às 15 horas, para discutir a atuação de policiais militares e de segurança públicas na campanha salarial dos trabalhadores de Betim e Contagem, e para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 19 de novembro de 2009.

Durval Ângelo, Presidente - Carlin Moura.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 107ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 24/11/2009

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 19.248, que estabelece diretrizes para a política de assistência aos portadores de epilepsia. (Faixa constitucional.) A Comissão Especial perdeu prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.882/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF-BNDES - e dá outras providências. (Urgência.) A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela rejeição da Emenda nº 2.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 52/2009, do Tribunal de Contas, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 53/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/1969, e a Lei Complementar nº 95, de 17/1/2007. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 12, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto com as Subemendas nºs 1 e 2, que apresenta, às Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 3 a 12, da Comissão de Justiça, e com as Emendas nºs 13 a 25, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 6, 7, 9 a 12, da Comissão de Justiça, das Emendas nºs 16 e 24 e da Subemenda nº 2 à Emenda nº 2, da Comissão de Administração Pública.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.968/2009, do Tribunal de Justiça, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito do Poder Judiciário do Estado. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno com a Emenda nº 1, que apresenta.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 2º da Lei nº 14.969, de 12/1/2004. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outras providências. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.960/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre indenização à Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela rejeição da Emenda nº 3.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009, que reorganiza o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia - Conecit. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007, que fixa o efetivo da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG - até o ano de 2010. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE - com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, até o limite que indica, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.865/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ - o imóvel que especifica, situado no Município de Uberaba. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto..

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.899/2009, do Governador do Estado, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.443, de 17/4/2008, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 3.898/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.876/2009, do Governador do Estado, que uniformiza os critérios gerais de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios, por órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo, no âmbito dos programas sociais que especifica. (Urgência.) A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.405/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.544/2009, do Deputado Carlos Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Resende Costa o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.959/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.408, de 21/12/99. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do Dia da 30ª Reunião Ordinária da Comissão DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 9h30min do dia 24/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.941/2009, do Deputado Fahim Sawan.

No 1º turno: Projeto de Resolução nº 3.970/2009, da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial; Projetos de Lei nºs 3.307/2009, do Deputado João Leite; 3.753/2009, do Deputado Carlos Gomes; 3.830 e 3.851/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.872/2009, do Deputado Duarte Bechir; 3.890/2009, do Deputado Leonardo Moreira; 3.911/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.963/2009, do Deputado Domingos Sávio.

Discussão e votação de pareceres sobre proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 2.467/2008, do Deputado Arlen Santiago; 3.119/2009, do Deputado Neider Moreira; 3.254/2009, do Deputado Carlos Pimenta; 3.282/2009, do Deputado Djalma Diniz; 3.310/2009, do Deputado Carlos Pimenta; 3.421/2009, do Deputado Arlen Santiago; 3.431/2009, do Deputado Hely Tarquínio; 3.495/2009, do Deputado Alberto Pinto Coelho; 3.514/2009, do Deputado Djalma Diniz; 3.628/2009, do Deputado Fábio Avelar; 3.701/2009, do Deputado Wander Borges; 3.789/2009, do Deputado Antônio Genaro; 3.901/2009, do Deputado Duarte Bechir; 3.906/2009, do Deputado Luiz Humberto Carneiro; 3.909/2009, do Deputado Délio Malheiros; 3.916/2009, do Deputado Wander Borges; 3.918/2009, do Deputado Djalma Diniz; 3.922/2009, do Deputado Duarte Bechir; 3.933/2009, do Deputado Mauri Torres; 3.936/2009, do Deputado Djalma Diniz; 3.942/2009, do Deputado Ademir Lucas; 3.943, 3.944 e 3.946 a 3.948/2009, do Deputado André Quintão; 3.952/2009, do Deputado Domingos Sávio; 3.954 e 3.955/2009, do Deputado Sargento Rodrigues; 3.956/2009, do Deputado Walter Tosta; 3.957/2009, do Deputado Weliton Prado; 3.961/2009, do Deputado Carlos Gomes; 3.965/2009, do Deputado Doutor Viana; 3.966/2009, do Deputado Jayro Lessa; 3.967/2009, do Deputado Zé Maia.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 21ª Reunião Ordinária da Comissão DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 24/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Realização de discussão, em audiência pública, sobre a situação de associações que, supostamente, comercializam seguros automotivos sem autorização dos órgãos competentes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do Dia da 25ª Reunião Ordinária da Comissão DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL na 3ª Sessão Legislativa ORDINÁRIA da 16ª Legislatura, a realizar-se às 10 horas do dia 24/11/2009

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 4.979/2009, do Deputado Neider Moreira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 3.897/2009, do Deputado Mauri Torres.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 24/11/2009, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; 2ª Fase, à apreciação do Veto à Proposição de Lei nº 19.248, que estabelece diretrizes para a política de assistência aos portadores de epilepsia; dos Projetos de Lei Complementar nºs 52/2009, do Tribunal de Contas, que institui o Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e dá outras providências, e 53/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 5.301, de 16/10/69, e a Lei Complementar nº 95, de 17/1/2007; dos Projetos de Lei nºs 2.960/2009, do Governador do Estado, que dispõe sobre indenização à Associação dos Empregados da Fundação João Pinheiro, 2.968/2009, do Tribunal de Justiça, que institui o Adicional de Desempenho - ADE - no âmbito do Poder Judiciário do Estado; 3.115/2009, do Deputado Almir Paraca, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itajubá o imóvel que especifica 3.405/2009, do Deputado Domingos Sávio, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Santo Antônio do Amparo o imóvel que especifica, 3.466/2009, do Deputado Lafayette de Andrada, que altera o art. 2º da Lei nº 14.969, de 12/1/2004, 3.544/2009, do Deputado Carlos Gomes, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Resende Costa o imóvel que especifica, 3.553/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei Delegada nº 166, de 25/1/2009, 3.595/2009, do Governador do Estado, que altera o Anexo da Lei nº 16.678, de 10/1/2007, 3.619/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 8.655, de 18/9/84, e dá outras providências, 3.826/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa de Modernização da Administração das Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial das Administrações Estaduais - PMAE -, com o Banco de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES -, até o limite que indica, e dá outras providências, 3.865/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a permutar com a Associação Brasileira dos Criadores de Zebu - ABCZ - o imóvel que especifica, no Município de Uberaba, 3.876/2009, do Governador do Estado, que uniformiza os critérios gerais de gestão e execução para transferência gratuita de bens, valores ou benefícios, por órgãos e entidades da administração pública do Poder Executivo, no âmbito dos programas sociais que especifica, 3.882/2009, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito no âmbito do Programa Emergencial de Financiamento aos Estados e ao Distrito Federal - PEF-BNDES - e dá outras providências; 3.898/2009, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito especial ao Orçamento Fiscal do Estado em favor da Fundação Centro Internacional de Educação, Capacitação e Pesquisa Aplicada em Águas - Hidroex, 3.899/2009, do Governador do Estado, que altera a destinação do imóvel de que trata a Lei nº 17.443, de 17/4/2008, e dá outras providências; e 3.959/2009, do Governador do Estado, que altera a Lei nº 13.408, de 21/12/99; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de novembro de 2009.

Alberto Pinto Coelho, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Antônio Carlos Arantes, Carlos Gomes e Fábio Avelar, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.103/2008, do Deputado Antônio Carlos Arantes, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2009.

Tenente Lúcio, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão Especial sobre a Arbitragem

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Alencar da Silveira Jr., Ivair Nogueira, Lafayette de Andrada e Neider Moreira, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/11/2009, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de eleger o Presidente e o Vice-Presidente.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2009.

Dalmo Ribeiro Silva, Presidente "ad hoc".

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Participação Popular

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Eros Biondini, Carlin Moura, Duarte Bechir e João Leite, membros da supracitada Comissão, para as reuniões a serem realizadas nos dias 24 e 25/11/2009, às 10 horas e às 14h30min; e no dia 26/11/2009, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, as Propostas de Ação Legislativa nºs 1.031 a 1.222/2009, de Iniciativa Popular, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2009.

André Quintão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Guedes, Ademir Lucas, Doutor Ronaldo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/11/2009, às 10 horas, no Auditório Municipal de Malacacheta, situado na Rua Cassiano Terra, s/nº, com a finalidade de debater, em audiência pública, com a presença de convidados, a falta dos serviços de abastecimento de água e saneamento básico nesse Município, bem como as obras dos "links" faltantes na região, em especial o que interliga Malacacheta a Água Boa, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Guedes, Ademir Lucas, Doutor Ronaldo e Wander Borges, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 27/11/2009, às 10 horas, no Sesc de Januária, localizado na Av. Aeroporto, nº 250, Bairro Aeroporto, com a finalidade de debater, em audiência pública, com a presença de convidados, questões relativas ao asfaltamento da BR-479, que liga os Municípios de Januária e Chapada Gaúcha, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de novembro de 2009.

Cecília Ferramenta, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 17/11/2009

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, membros da Mesa, boa-tarde. Quero saudar os alunos da Ucrea e cumprimentar os Agentes Penitenciários, os valorosos e incansáveis Defensores Públicos do Estado de Minas Gerais, que se encontram participando, mais uma vez, da assembleia que está ocorrendo hoje em Belo Horizonte. Reafirmamos, caríssimos Defensores, o nosso fiel compromisso com as aspirações da Defensoria Pública do nosso Estado.

Meus senhores, minhas senhoras e telespectadores da TV Assembleia, participamos, na manhã de hoje, do lançamento do portal "O Brasil tem jeito", que foi idealizado, criado e estudado pelo Deputado Federal Rodrigo de Castro. Ouvimos as razões desse ilustre Deputado. Com esse lançamento, ele procura dar visibilidade e a contribuição de Minas ao Brasil no campo da transparência, da ética e da moralidade pública.

Não poderia ser diferente, a não ser que o lançamento não fosse nas terras das Gerais e não tivesse sido criado por intermédio de um Deputado atuante do PSDB, meu partido, dando essa visibilidade, um verdadeiro chamamento a todos os partidos que lá se encontravam. Quando o ouvimos, percebemos que daqui por diante o seu planejamento será um chamamento à cidadania, à ética e, principalmente, à moralidade pública.

Minas tem sido a grande semente dos momentos históricos do País. É daqui de Minas, do seu solo fértil e das inteligências de homens e mulheres que efetivamente temos laborado em prol de dias melhores da Nação. Nesta manhã, por meio de tantos depoimentos, como o do ex-Ministro, ex-Governador e atual Deputado Federal Ciro Gomes, pudemos ouvir as razões que ensejaram a Minas Gerais esse encontro com o mundo intelectual, político e toda a estrutura que lá esteve, acompanhando a importância desse novo momento, dessa página que teremos no rumo da democracia e, principalmente, da consolidação da ética e da transparência neste país.

Com certeza, será um chamamento dos mais importantes para que não somente Minas, mas todo o Brasil, irmanado em um só sentimento, busque melhores condições de vida e melhores condições de desenvolvimento. Seremos a alavanca propulsora, chamando também outros Estados da Federação, os Deputados de Minas, bem como os Deputados de outros Estados que lá se encontravam participando desse lançamento. Portanto, ao registrar nossa satisfação, cumprimentamos o Deputado Rodrigo de Castro pela sua iniciativa, na certeza de que estaremos juntos nessa grande empreitada da cidadania, da ética e da transparência.

Sr. Presidente, registro o requerimento que apresentamos à Comissão de Educação. Dentro de 15 dias, prestaremos uma das mais justas homenagens nessa Comissão à nossa escola mineira. Na semana passada, o nosso Sul de Minas, presente como sempre, mais uma vez foi consagrado com escola campeã, graças a seus projetos do polo de excelência. Refiro-me à Escola Estadual Doutor Luiz Pinto de Almeida, de Santa Rita do Sapucaí, vencedora do Prêmio Referência Nacional em Gestão Escolar, que a cada ano elege as melhores experiências em administração de escolas públicas. Há dez anos, o prêmio é concedido pelo Conselho Nacional de Secretários da Educação da Organizações das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco -, entre outros parceiros. Para esta edição, 1.900 escolas se inscreveram, e foram escolhidas seis finalistas: de Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Tocantins e Pernambuco.

Para Mônica Ribeiro, Diretora do colégio, a principal razão do sucesso é o alto grau de comprometimento de toda equipe escolar. A escola desenvolve uma série de projetos para melhorar a qualidade do ensino, oferecendo cursos de alfabetização para pais de alunos, oficinas de formação continuada para os professores e abrindo as portas para várias atividades nos finais de semana e à noite. Os alunos podem fazer aulas de música, canto e dança. A escola, que tem 1.200 alunos, obteve nota 6 no último Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, indicador criado para medir a qualidade do ensino público, e está bem acima da média nacional, que é de 4,2 pontos em cada escala de zero a dez. A escola premiada, além de todas as suas considerações, recebeu também o prêmio de R\$15.000,00, que será destinado ao pagamento do curso de formação de seus professores.

Não poderia deixar de manifestar a nossa satisfação e alegria, ao fazer o registro desse prêmio, em que uma escola de Santa Rita do Sapucaí, no Sul de Minas, foi tida como referência no Brasil. Essa escolha foi feita em Brasília, até pela Unesco. Parabênizos a nossa Diretora, Mônica, incansável conselheira, dedicadíssima Diretora, respeitada na área escolar, que esteve em Brasília para receber o prêmio. Quero também abraçar a Profa. Romilda dos Reis, Superintendente de Ensino, como também todo o colegiado, os professores, os alunos, a comunidade de Santa Rita do Sapucaí e toda a região Sul do Estado. Estamos em festa! Hoje, sem dúvida alguma, deu-se um grande passo, uma grande contribuição ao ensino neste país. Podemos perceber, neste grande momento, que estamos avançando no aprimoramento da juventude e dos idosos, colocando a escola como o maior centro de condições para a garantia de melhor qualidade de vida a todos os mineiros e brasileiros. Fico muito feliz, Sr. Presidente, quando participo de uma solenidade como essa. Com grande satisfação, registro também, Sr. Presidente, que tivemos, na semana passada, dois eventos importantíssimos no Sul de Minas, onde inauguramos dois presídios. Há muito tempo a comunidade aguardava a construção dos presídios de Itajubá e Pouso Alegre. Esses presídios, inaugurados pelo Vice-Governador, receberam do governo um tratamento especialíssimo, com uma construção altamente sofisticada, com toda a garantia de conforto para os presos. Foram construídos em áreas distantes da cidade, com possibilidade de se implantarem colônias agrícolas, a fim de que todos os detentos tenham condições para desenvolver suas atividades. O Ministério Público e a Defensoria Pública trabalharam para que isso se concretizasse, estiveram aqui participando conosco de várias audiências públicas. Com a inauguração desses dois presídios, as velhas cadeias serão retiradas das cidades e, além disso, estamos oferecendo segurança aos presos e à comunidade. Essa era uma antiga aspiração das duas comunidades.

Vejo, acima de tudo, Sr. Presidente, estes dois momentos importantes. Como diz muito bem o Vice-Governador, estamos inaugurando obra importante. Participamos efetivamente da entrega desses dois presídios a duas cidades importantes, Itajubá e Pouso Alegre, graças aos princípios maiores deste governo, garantindo a segurança de toda a comunidade. Registro também minha satisfação com a inauguração da pediatria da Santa Casa de Itajubá, da qual participamos. É projeto inédito em que a Santa Casa de Itajubá ofereceu, em regime de parceria, à empresa multinacional Mahle, ações importantes, garantidoras da manutenção, do zelo e do funcionamento da maternidade e da pediatria daquela santa casa. Saúdo também o Prefeito Municipal Jorge Mouallem, o provedor Dr. Donato e todos os médicos que firmaram essa grande parceria para melhorar a saúde da região e ofereceram à região, por meio de parceria com a Mahle, esse momento diferenciado. Além dos recursos que o Estado encaminha pela Secretaria de Saúde, há também novo momento que certamente será dos mais significativos para nossa região. Saúdo também o Vice-Governador Anastasia, que estava em nossa região, participando ativamente das ações. Com ele comparecemos à nossa Universidade do Vale do Sapucaí, onde estiveram também presentes vários outros Deputados, inclusive o Deputado Ruy Muniz, e, naquela oportunidade, foram anunciados grandes recursos para terminar as obras do Hospital Samuel Libânio, pertencente à Universidade do Vale do Sapucaí, de Pouso Alegre. Sr. Presidente, nosso Sul de Minas não poderia deixar de agradecer. Temos cobrado e aqui temos subido para agradecer todas as ações que o Governador Aécio Neves e o Vice-Governador Anastasia têm direcionado para nosso Sul de Minas. Isso tem sido extremamente reconhecido pelos Prefeitos, Presidentes de Câmaras, Vereadores e lideranças políticas da nossa região. Hoje sabemos o que representa o Sul de Minas no contexto da economia do nosso Estado. Hoje mesmo estaremos com o Prefeito de Extrema e agendaremos o dia 4 ou 5 para inaugurarmos, naquela cidade, o novo complexo da Copenhagen, com o qual teremos mais de mil empregos garantidos para aquela região e, conseqüentemente, para todo o Estado. Temos muito a comemorar. Certamente, com ações dessa natureza, haveremos de estar sempre aqui para manifestar nosso agradecimento, esperando ações que culminem na esperada solução. A exemplo da Defensoria Pública, as conversas caminham para a convergência. Nossa Defensoria Pública está sempre nos prestigiando na Assembleia Legislativa, fazendo com que os direitos e os deveres por parte do Estado sejam mutuamente respeitados e cumpridos. A Assembleia será parceira nas ações maiores e nesses grandes projetos. Muito obrigado.

O Deputado Ruy Muniz - Saudação especial ao nosso Presidente, a todos os colegas aqui no Plenário e aos telespectadores da TV Assembleia. Hoje, com muita alegria, ao lermos a "Folha de S.Paulo", pudemos ver que a candidatura do Governador Aécio à Presidência da República está cada vez mais se tornando uma realidade. Não só os democratas, em âmbito nacional, assumiram o apoio a Aécio Neves, mas também nós, democratas, aqui em Minas Gerais, unanimemente apoiamos e torcemos para que o nosso grande Governador realize o sonho dos mineiros, que é voltar ao Palácio do Planalto, para fazer com o Brasil o que fez com Minas Gerais: melhorar a educação, investir nas estradas, desenvolver o nosso Estado. Tenho certeza de que o Governador Serra vai compreender que o caminho dele é a reeleição no Estado de São Paulo. O caminho do PSDB, dos democratas, dos progressistas deste país é fazermos essa grande liderança nacional, juntarmos todas as forças progressistas do País e elegermos Aécio Neves Presidente do Brasil. Aécio, nesses sete anos de governo, tem demonstrado ser, dos Governadores do Brasil, o mais competente, modelo para os outros Governadores. Até a sua experiência, esse governo de resultados, tem sido modelo também para outros países que têm visitado o nosso Estado para verem a competência do nosso Governador. Tenho certeza de que ele fechará com chave de ouro seu governo. Temos obras, gente, por todo o Estado. A todo momento, rodamos com ele, com o Vice-Governador Anastasia, para inaugurar cada vez mais obras. Agora mesmo, no Sul de Minas, em Pouso Alegre, em Itajubá, inauguramos, no último final de semana, grandes presídios com mais de 300 vagas para resolver o problema da população carcerária. Foram construídos dentro dos melhores critérios técnicos, com dinheiro exclusivo do governo do Estado, sem um centavo do governo federal. São obras boas e necessárias. Como educadores, preferiríamos inaugurar escolas, expandir a Unimontes, a Uemg, mas é necessário, sim, dar segurança ao nosso povo. Por isso esse investimento na segurança tem sido importante.

Aproveito o momento para também, em nome da bancada do Norte, bancada dos Deputados votados majoritariamente no Norte de Minas, protestar contra o fechamento do posto fiscal nas imediações de Montes Claros, próximo a Lagoa da Barra. Aquele posto gera para o Município de Montes Claros mais de R\$2.000.000,00 de ICMS por ano. Então, é um posto importante. A Secretaria de Fazenda, de repente, fechou-o alegando que fará isso em todas as outras regiões. Por que os do Triângulo estão abertos? Por que outros postos fiscais continuam abertos, tendo-se fechado logo o da nossa região? Realizaremos uma audiência pública para discutirmos com os técnicos da Secretaria esse fechamento do posto fiscal, para que possamos rever essa posição, garantindo empregos, geração de tributos para a região, que tanto necessita dessas ações.

Um outro assunto, Sr. Presidente, que queria abordar é que daqui a pouco, às 16 horas, a Comissão de Educação estará reunida com representantes da Seplag, com representantes dos funcionários e dos professores da Uemg e da Unimontes, a fim de estabelecermos um cronograma de discussão e de estudo, para fazermos uma grande proposição visando à melhora das condições de trabalho dos professores e dos servidores dessas instituições. Nessa reunião, também faremos público o relatório do Plano Decenal da Educação. Há meses a Assembleia vem trabalhando para construir esse Plano, que estabelece os objetivos, as metas para os próximos 10 anos da educação em Minas Gerais.

Teremos grandes avanços. O relatório está pronto; vou distribuir, logo mais, o avulso a todos. Se Deus quiser, amanhã, na reunião das 10 horas, da Comissão de Educação, votaremos o relatório final do projeto do Plano Decenal de Educação, para em seguida, no mais tardar em dezembro, aprovarmos, no Plenário desta Casa, as novas metas para a educação de Minas Gerais.

Esse plano, Deputado Duarte, sinaliza uma valorização crescente dos professores, dos servidores da educação. Se quisermos, de verdade, fazer educação de qualidade em Minas, é preciso pagar bem, oferecer um bom salário, uma boa remuneração, a fim de atrair os melhores cérebros para a educação. Hoje uma pessoa inteligente, capaz, preparada, procura outras alternativas. Ela afasta-se um pouco da educação porque a remuneração não é atrativa. Portanto, precisamos fazer um plano de cargos e salários bom, que seja atrativo para os professores.

Esse mesmo plano traz avanços para a educação infantil, estabelece metas para que todas as crianças de até cinco anos sejam beneficiadas

pela educação infantil de qualidade. Também incluímos outros públicos como obrigatórios. Todo presídio tem de estar ligado a uma escola estadual, a fim de que os presos se capacitem, formem, evoluam, para, quando saírem, estarem em condições de exercer uma profissão e de ter uma vida digna.

Vamos também valorizar e apoiar o avanço da Unimontes e da Uemg, a expansão em termos de câmpus, de curso e de vagas, para que a nossa juventude possa, mais e mais, estudar nas universidades estaduais de Minas Gerais. Sabemos que a Unimontes e a Uemg precisam ampliar os cursos. Portanto, nesse Plano Decenal, estamos apoiando, sinalizando fortemente para a valorização do ensino superior; a mesma coisa acontece no tocante aos cursos técnicos e profissionalizantes. Vamos apoiar a aprovação do Plano Decenal da Educação.

Sr. Presidente, na reunião do Colégio de Líderes com o Presidente Deputado Alberto Pinto Coelho, como Líder do Democratas, reivindiquei que fossem incluídos em pauta projetos que estão prontos para serem votados, prontos para irem a Plenário antes que termine o ano, aliás um importante ano legislativo desta Casa. Solicitamos ao Presidente que incluísse na pauta dois projetos, e pedimos apoio para todos os Deputados do Democratas.

Destacarei especialmente dois projetos de nossa autoria, que se encontram prontos para serem votados - e queremos que sejam votados ainda neste ano. Primeiramente falarei do plano que introduz o programa de saúde do homem. Todos sabem que a mulher tem um plano de saúde pública: é acompanhada no pré-natal, anualmente faz o exame de Papanicolau e a mamografia, quer dizer, existe todo um programa voltado para a saúde da mulher. Mas o homem também merece um programa de saúde pública. Queremos que o homem seja acompanhado para fazer a prevenção do câncer de próstata, das doenças funcionais, enfim, que ele tenha acesso a um programa de saúde pública. Fizemos um projeto bastante interessante, e pedimos à Mesa que o coloque em votação ainda este ano.

Há outro projeto, Sr. Presidente, que gostaria que fosse colocado em pauta. Trata-se de uma reivindicação não só minha, mas também de todos os professores, funcionários e estudantes da Unimontes. Refiro-me ao projeto de eleição direta para Reitor e Vice-Reitor. Como sabemos, no próximo ano haverá eleições para esses cargos. Como isso funciona hoje? Os estudantes votam, os professores votam, os funcionários votam, e elegem uma lista tríplice. O Governador pode escolher o primeiro, o segundo ou o terceiro para ocupar o cargo de Reitor; da mesma forma, o primeiro, o segundo ou o terceiro para Vice-Reitor. O nosso projeto torna mais equilibrado o peso de cada um dos segmentos. Os professores, que são a base da universidade, teriam 50% de peso; os estudantes, 25%; e os funcionários 25%, de tal forma que eles votarão, e o mais votado será o Reitor. Da mesma forma acontecerá na lista de Vice-Reitor; o mais votado será o eleito. Lembramos que o Governador Aécio Neves e o Prof. Anastasia são pessoas democráticas, que respeitam a vontade da comunidade. Por isso têm tanto sucesso na gestão, na administração pública. Tenho certeza de que eles irão, sim, indicar os mais votados. Por isso o projeto terá o apoio e será sancionado pelo nosso Governador. É preciso lembrar que no passado não foi assim. No governo antecessor ao do Governador Aécio Neves, houve a eleição para a Unimontes. No entanto, não escolheram o mais votado; pelo contrário, escolheram outro nome que não era o de ponta, e isso desagradou muito a comunidade da universidade. Mas não quero fazer críticas aqui ao Reitor, Prof. Paulo César de Almeida. Pelo contrário, foi uma escolha feliz, pois ele se desdobrou, fez um bom trabalho, fazendo a Unimontes evoluir ainda mais: implantou os cursos de mestrado e está levando agora o doutorado; enfim, fez a universidade avançar. A gestão dele é vitoriosa, mas poderia não ser, e sua escolha contrariou a vontade da comunidade. Por isso esse projeto é tão importante para garantirmos a democracia nas universidades públicas de Minas Gerais. Sabemos que se trata de abrir mão de uma prerrogativa, pois o governo eleito pode escolher quem quiser para ser o Reitor. No entanto, é muito melhor optar por aquele que foi escolhido pelos professores, funcionários e alunos. Com certeza, haverá muito mais apoio e será maior a chance de se fazer um reitorado feliz e competente.

Para finalizar, Presidente, manifesto nossa imensa alegria com o fato de os Vereadores de Montes Claros concederem o título de Cidadão Honorário de Montes Claros ao nosso Presidente, Deputado Alberto Pinto Coelho, na próxima quinta-feira, às 19 horas. Aproveito aqui a audiência da TV Assembleia para convidar todo o povo do Norte de Minas, o pessoal de Janaúba, Bocaiúva, Salinas, Januária, Capitão Enéas, Chapada do Norte, Chapada Gaúcha, enfim, de todas as cidades do entorno a comparecer. Será no dia 19, no Portal de Eventos, a grande homenagem que a Câmara de Vereadores de Montes Claros fará ao Deputado Alberto Pinto Coelho, grande Presidente, competente, unanimidade nesta Casa. Ele foi reeleito Presidente da Assembleia por 74 votos. Não obteve os 77 votos porque três colegas tiveram problemas no trânsito e chegaram atrasados. Trata-se de uma pessoa preparada, que pode ocupar qualquer cargo nas próximas eleições. Tenho certeza de sua competência. Concedo aparte, com muita alegria, ao colega Deputado Duarte Bechir, que esteve conosco no Sul de Minas, visitando as obras com o Prof. Anastasia.

O Deputado Duarte Bechir (em aparte)* - Deputado Ruy Muniz, agradeço a V. Exa. Gostaria tão-somente de dizer a toda a Minas Gerais que estamos satisfeitos, pois o Sul de Minas recebeu, na última quinta-feira, nosso Vice-Governador, que inaugurou obras importantes na nossa querida Pouso Alegre. Essas obras beneficiam, de certa forma, todo o Sul mineiro. Na oportunidade, V. Exa, o Deputado Dalmo Ribeiro Silva e o Deputado Carlos Mosconi também estiveram presentes, abraçando o nosso Governador e demonstrando que o Sul de Minas entende o seu recado, ou seja, agradece as obras e sabe contemplá-las. Para terminar, registro a presença dos Vereadores de Carmo do Rio Claro: Presidente Carlos Henrique, Luiz do Piso e Vereador Caxeta. Está presente também o Prefeito de Dom Silvério, José Maria Repolês, e todos engrandecem os nossos trabalhos. Agradeço, mais uma vez, o aparte ao companheiro Deputado Ruy Muniz. Muito obrigado.

O Deputado Ruy Muniz - Obrigado, Deputado Duarte Bechir. Aproveito esses segundos finais para mandar um grande abraço ao ex-Prefeito de Pouso Alegre, Dr. Jair Siqueira. Muito obrigado pela recepção e pelo apoio nessa cidade. Obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado André Quintão* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, integrantes da Defensoria Pública presentes e Agentes Penitenciários que esperam, junto com o Bloco PT-PCdoB e PMDB, um avanço objetivo no processo de atendimento da pauta de reivindicações.

Sr. Presidente, hoje a Assembleia iniciará o processo de análise técnica das sugestões populares apresentadas ao Plano Plurianual de Ação Governamental, o conhecido PPAG, decorrentes das audiências populares realizadas durante os meses de outubro e novembro. Desde 2003, a Assembleia desenvolve esse processo em conjunto com a Seplag e com vários movimentos da sociedade civil organizada de Minas Gerais. De 2003 até agora, tanto nas discussões dos dois planos quanto nas revisões anuais participativas, praticamente 6 mil lideranças foram envolvidas. O resultado foi muito objetivo: 526 emendas populares ao Orçamento e ao Plano Plurianual aprovadas, boa parte delas efetivadas.

Neste ano, novamente realizamos audiências em cidades de Minas, como Iturama, Itaobim, Poços de Caldas, Montes Claros e Juiz de Fora. Por três dias, nós nos reunimos em Belo Horizonte, quando contamos com a participação de 926 lideranças de todo o Estado. Nesse período, recebemos 255 propostas populares. Apresentarei um rápido balanço, até porque o dia 27 próximo é o prazo final para a transformação dessas propostas em emendas ao Orçamento.

Destacaria, primeiro, a preocupação com a ampliação do atendimento público para acolhimento ao jovem usuário de álcool e drogas. Infelizmente essa é uma realidade disseminada em todo o Estado. Há uma grande demanda pela implantação dos chamados centros de atendimento-Ads -, relativos ao uso de álcool e drogas. Boa parte dos jovens - quase 50% - que cometem atos infracionais está relacionada com o uso ou o tráfico de drogas. Essa é uma importante demanda, que espero seja acolhida como emenda ao Plano Plurianual.

Outra demanda de todo o Estado diz respeito à ampliação das experiências da chamada Escola de Tempo Integral. Sabemos da importância do

papel, tanto no processo educativo quanto no processo de cidadania e de apoio social, que a Escola de Tempo Integral, que sonhamos ver universalizada, pode ter no Estado de Minas Gerais.

Outra proposta muito importante está relacionada com a agricultura familiar, vinculada à alimentação escolar. Há uma proposta de se criar ação específica para efetivação da Lei Federal nº 11.947, que obriga as escolas a adquirir, no mínimo, 30% de alimentação diretamente do agricultor familiar. Para essa lei ser efetivada, é necessária a organização dos trabalhadores e dos produtores da agricultura familiar.

É preciso o estabelecimento dos consórcios municipais e o suporte técnico de profissionais da área nutricional. Mas essa talvez seja uma das leis mais importantes sancionadas pelo Presidente Lula nos últimos anos. Amplia-se a renda da agricultura familiar, melhora-se o nível nutricional da alimentação escolar e gera-se renda para a área de comércio das cidades cujos agricultores familiares integram esse programa. Espero que essa demanda também seja transformada em emenda.

Outra área também muito colocada, principalmente nas audiências do interior, diz respeito aos chamados "links" faltantes, trechos que ligam Municípios que ainda não têm asfalto, mas que, pela dimensão econômica, podem significar fator de desenvolvimento regional. Eu citaria a Estrada da Produção, no Norte de Minas, ou o trecho no Médio Jequitinhonha do Distrito de Ijicatu até a cidade de Virgem da Lapa, 40km próximos à região da Usina de Irapé, que, dessa forma, possibilitaria a conclusão da ligação da chamada Rota do Descobrimento de Diamantina a Salto da Divisa, lembrando que há um trecho entre Almenara e Salto da Divisa, na BR-367, cuja inclusão propusemos junto à audiência do Orçamento federal e com recursos do PAC, por se tratar de uma BR.

Uma outra proposta muito vigorosa que apareceu e será analisada nos próximos dias diz respeito à universalização dos Centros de Referência da Assistência Social - Cras -, porta de entrada das famílias nos programas sociais federais, estaduais e municipais. Minas Gerais hoje tem aproximadamente 600 Municípios com Cras, portanto faltam 253. Para isso, é necessário esforço conjugado do governo federal, do governo estadual e dos governos municipais. Essa foi uma outra proposta que apareceu em praticamente todas as audiências do Plano Plurianual.

Outra ação que solicitamos seja reincorporada ao planejamento do Estado diz respeito à operacionalização do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional nos Municípios, o conhecido Sisvan, sistema que mede e pesa principalmente crianças, para monitorar e identificar possíveis quadros de desnutrição e de anemia. É muito importante que esse acompanhamento seja feito regularmente porque sabemos que os danos causados pela desnutrição em uma criança pequena, se não identificados e enfrentados, podem ser irreversíveis e causar sequelas físicas e cognitivas irreversíveis em momento posterior. Posso afirmar que o quadro em Minas é preocupante. Praticamente metade dos Municípios não tem esse sistema em plena operacionalização.

Outra área muito afetada, particularmente no Sul de Minas e na Grande BH - e aqui os Defensores, que acompanham os nossos trabalhos, sabem o que estou dizendo -, diz respeito à insuficiência na rede de atendimento ao adolescente que comete ato infracional. Não temos hoje apoio significativo aos Municípios para a efetivação de medidas socioeducativas em meio aberto, particularmente a prestação de serviços à comunidade e a liberdade assistida, medidas importantes porque garantem e preservam, ou buscam preservar, o convívio familiar.

Essas medidas praticamente não são efetivadas pelos Municípios, ou melhor, muitas vezes são até desconhecidas dos próprios gestores municipais. Hoje, seja pela tipificação mais grave do ato infracional, em decorrência do uso e do tráfico de drogas, que aumenta o número de medidas socioeducativas de internação, seja mesmo pelo desconhecimento ou pela ausência de medidas em meio aberto, há sobrecarga e insuficiência no atendimento em regime de internação e também morosidade excessiva no atendimento às próprias metas previstas no Plano Plurianual de construção de centros socioeducativos, particularmente no Noroeste, no Sul e na Região Metropolitana.

O movimento da criança e do adolescente foi muito incisivo para recuperar esse atraso operacional no Orçamento de 2010. Portanto, Sr. Presidente, mais uma vez a Assembleia fez a sua parte, organizando as audiências, e a sociedade civil respondeu positivamente, participando do processo e apresentando 255 propostas. Agora, as Comissões de Participação Popular e de Fiscalização Financeira, junto à equipe técnica da Assembleia e da Seplag, num verdadeiro mutirão, terão alguns dias para tentar transformar boa parte dessas sugestões em emendas populares, tanto ao Orçamento quanto ao plano do ano que vem, último do atual governo estadual.

Hoje mesmo, Deputado Gustavo Valadares - integrante da Comissão de Participação Popular na legislatura passada -, tive a oportunidade de participar de um evento do governo do Estado em que foram beneficiados 85 Municípios, com recursos para reforma, construção, ampliação e aquisição de equipamentos para os centros de referência de assistência social - Cras. Esses recursos, disponibilizados hoje pelo Secretário de Desenvolvimento Social e pelo governo do Estado, foram incorporados ao Orçamento do Estado por meio de uma ação decorrente de emenda popular ao PPAG, uma emenda de cofinanciamento do Suas.

Minas Gerais foi o primeiro Estado a cofinanciar o Suas, porque esta Assembleia acolheu dos movimentos sociais uma emenda popular. Então, hoje, quando 85 Municípios foram beneficiados, incluindo algumas prefeituras governadas pelo meu partido, como as de Itinga, Itaobim e Itaguara, além de outras cidades que já governamos, como Araçuaí, e outros Municípios, como Montezuma, Córrego Fundo, Juruáia e vários outros que se fizeram presentes nessa solenidade, podemos valorizar, cada vez mais, Deputadas Maria Tereza Lara e Rosângela Reis, a força da participação popular. Se hoje o Estado cofinancia o Suas, isso é porque esta Assembleia e os movimentos sociais apresentaram e cobraram propostas, obviamente, num processo de diálogo e de acordo com o governo do Estado, fazendo com que Minas Gerais se integrasse ao esforço do Ministro Patrus para melhorar as políticas públicas sociais no Estado de Minas Gerais, que possui hoje cerca de R\$2.000.000.000,00 a R\$3.000.000.000,00 investidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, coordenado pelo ex-Prefeito de Belo Horizonte e atual Ministro do governo Lula, Patrus Ananias, um filho de Bocaiúva que tem feito excepcional trabalho à frente do Ministério do Desenvolvimento Social.

Agradeço a todas as Deputadas e a todos os Deputados que participaram das audiências públicas nesta primeira etapa, aos movimentos sociais e às lideranças que integraram os trabalhos do PPAG e às equipes técnicas da Assembleia e do governo do Estado. Faço apelo para que, de fato, incorporem o maior número de propostas que vieram da sociedade civil, porque têm a chancela da legitimidade e da participação popular. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Deputado José Henrique, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, imprensa, telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia e das galerias, mais uma vez meus cumprimentos, em destaque, aos Agentes Penitenciários, que estão na luta. Senhoras e senhores, na tarde de hoje, venho parabenizar a Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça - STJ -, que decidiu contra o poder de multa da BHTRANS, dando fim a uma pendência que se arrastava desde o ano de 2004. Nessa época, pela primeira vez, ocupei esta tribuna para falar do assunto e relatei que empresa de economia mista não poderia aplicar multas. Após incontáveis reclamações recebidas, em meu gabinete, de motoristas multados, muitas vezes injustamente, solicitei à minha assessoria jurídica estudo aprofundado sobre como poderíamos proceder para auxiliar esses motoristas indefesos, à mercê dessa atitude da BHTRANS, que estava transformando-se em verdadeira cobradora de multas. De lá para cá, foram muitos discursos, reuniões, audiências. Denunciei a ilegalidade no fato de a BHTRANS fiscalizar e multar, sendo ela sociedade de economia mista, que não tem poder de polícia, fato também levado por mim ao conhecimento do Ministério Público, à época. O Promotor Leonardo Duque Barbabela, ainda em 2004, propôs ação civil pública contra a BHTRANS, visando suspender as atribuições de policiamento e autuação de infrações de trânsito na Capital.

Segundo o Código de Trânsito Brasileiro - CTB -, a fiscalização é definida como "ato de controlar o cumprimento das normas estabelecidas na legislação de trânsito, por meio do poder de polícia administrativa de trânsito, no âmbito de circunscrição dos órgãos e das entidades executivas de trânsito e de acordo com as definidas neste Código". Nos termos do CTB, a atividade de fiscalização compete às Polícias Militares, conforme convênio firmado com o agente do órgão ou da entidade executiva do trânsito. É o que chamamos de policiamento ostensivo de trânsito, que fixa normas objetivas, ou seja, previne e reprime atos relacionados à segurança pública do trânsito, garante obediência às normas relativas à segurança do trânsito e assegura a livre circulação, além de fazer tudo para evitar acidentes. Abro um parêntese no meu discurso escrito para dizer que tenho visto a BHTRANS cumprindo uma das suas funções no âmbito da educação. Ela vem fazendo campanhas no rádio e na televisão para orientação do trânsito. É um papel seu denunciar o abuso de velocidade, pedir para não acontecer isso, para não se beber ao dirigir, etc. A função primordial da BHTRANS é cuidar da orientação e do cumprimento de obediência às normas relativas à segurança do trânsito, e não, enquanto empresa mista, no interesse do lucro para os seus acionistas, cobrar multa de trânsito, atribuição apenas da PM.

Para o Prof. Gilberto Monteiro, que participou da elaboração do Código de Trânsito Brasileiro, "nenhum esforço no sentido de reduzir acidentes de trânsito terá sucesso sem uma atuação eficaz e eficiente do policiamento". Podemos destacar que não são somente a aplicação de multas e a instalação de pardais com o intuito de arrecadar recursos que irão solucionar o problema da segurança no trânsito. A BHTRANS deve, por obrigação, educar, elaborar planos de trabalho e contratar a prestação de serviços públicos relativos a transporte coletivo, e não procurar meios de arrecadação próprios, visto que não poderia, em hipótese alguma, ter a delegação de aplicar sanções e multas. Tenho em mão alguns dos pronunciamentos que fiz sobre o assunto ao longo desses cinco anos, e hoje estou com a consciência tranquila do dever cumprido, de ter contribuído para a solução desse problema tão lesivo ao consumidor e aos motoristas da Capital e de outras cidades da nossa Minas Gerais que por aqui trafegam. Não somos contra as multas. Somos favoráveis ao cumprimento da lei e da ordem, mas somos totalmente contrários ao abuso, seja do motorista, seja do órgão fiscalizador. E, nesse caso, a BHTRANS é um órgão fiscalizador que não tem poder de polícia e, por conseguinte, não pode multar. Aplicar penalidades irregularmente é algo muito grave. O Superior Tribunal de Justiça decidiu corretamente, foram cerca de 2.800.000 infrações aplicadas pela BHTRANS nos últimos cinco anos, por mais de 500 fiscais. O Ministério Público já informou que o cidadão multado nos últimos cinco anos poderá solicitar o ressarcimento dos valores junto aos órgãos competentes, seja no Município, seja na BHTRANS. Diante do entendimento do STJ, quero relembrar o meu constante apoio ao Ministério Público de Minas Gerais, especialmente à Promotoria de Justiça em Defesa do Patrimônio Público. Sempre que os procuramos para defender qualquer causa de interesse público que julgávamos injusta, fomos bem recebidos e prontamente atendidos, e foi buscada a solução correta para a situação. Nos últimos dias, foram veiculadas pela imprensa mineira inúmeras reportagens em pequenos e grandes jornais, além da mídia televisiva, internet, etc., pelo exemplar motivo do STJ ter julgado, por unanimidade, que a BHTRANS não pode multar no trânsito, julgando ação impetrada pelo Ministério Público em 2004. Hoje eu acredito que estamos colhendo frutos do dever constitucional, que é o de fiscalizar para que o direito do cidadão seja respeitado. Esse é um dos nossos papéis, além de fiscalizar governo e fazer leis. Estou, pois, nesta tribuna, defendendo o cidadão mineiro, e continuarei sempre lutando contra as injustiças cometidas, venham de onde vierem, resgatando a legalidade dos atos e a dignidade das pessoas. Continuaremos acompanhando, cobrando, denunciando, pois essa é a nossa função e a nossa missão. Encerrando esse assunto, parabéns, mais uma vez, o Ministério Público de Minas Gerais, os Ministros do Superior Tribunal de Justiça e o povo mineiro por mais essa grande conquista.

Outro assunto que quero comentar na tarde de hoje é que faz um ano e um mês que votamos uma lei para regular a questão da derrubada dos pequizeiros, com a participação da maioria absoluta dos Deputados desta Casa. Com isso foi possível se instalar uma empresa de grande porte em Sete Lagoas, que estava impedida exatamente porque, na área escolhida, havia alguns pés de pequi. É claro que não queremos que se derrube o pequi apenas por se derrubar, mas, quando é de alto interesse social - e nesse fato era -, temos de fazer tudo para superar essas dificuldades. E a Assembleia fez com muita consciência e sabedoria, pois estabelecemos em lei que, se, por interesse público e social, for necessário derrubar essa árvore, que é tradicional e importante em Minas Gerais, para cada uma derrubada, sejam plantadas novas 25 árvores. Ganha a natureza e a sociedade. Essa é a função importante desta Casa Legislativa: ser como o fiel da balança, que busca o equilíbrio das questões existentes em nosso Estado. O Presidente da AmBev acaba de anunciar ao Governador de Minas Gerais que antecipará inversões no nosso Estado. Antecipará R\$80.000.000,00 em novos investimentos do grupo em Minas Gerais, um aporte que só estava previsto para o segundo semestre de 2010. Esses recursos serão aplicados em mais uma linha de produção, agora de latas, na fábrica de Sete Lagoas. A informação foi dada durante encontro com o Governador, que consta no "Diário do Comércio" de 17/11/2009. Diz o Presidente da AmBev: "Inauguramos uma fábrica em Sete Lagoas em junho deste ano e estamos muito felizes com o investimento. Hoje saiu o primeiro caminhão dessa fábrica e achamos um momento bacana para comunicar, em primeira mão, ao Governador". O Governador Aécio Neves também se empenhou muito, à época, para a votação desse projeto na Casa, que interessava a Minas Gerais e a Sete Lagoas. O Governador inteirou-se e pediu à Secretaria de Indústria e Comércio que tudo fizesse para viabilizar a instalação dessa fábrica. E o Governador tomou conhecimento em primeira mão. O grupo já investiu R\$200.000.000,00 em Sete Lagoas - que não ficariam no nosso Estado -, estabelecendo a primeira fábrica nova, no novo estilo, uma fábrica de ponta do grupo no Brasil, a primeira em 10 anos. Diz mais o Presidente da AmBev: "Este ano, já geramos cerca de 1.500 empregos no Estado". Pensem bem, poderíamos ter perdido essa fábrica para outro Estado, porque o empresário trabalha visando ao lucro. Se ele instalar a fábrica em Sete Lagoas, em Minas, no Rio de Janeiro, em São Paulo, será a mesma coisa. Gerará emprego e renda e terá o lucro que interessa. Então foi providencial a ação da nossa Assembleia, num projeto de lei de minha autoria, que votamos em regime de urgência e está beneficiando tanto as pessoas em Sete Lagoas. São já 1.500 empregos. E vêm mais inversões. Então, além de essa fábrica estabelecer esses empregos, vamos visitá-la, assim como seu canteiro e seu viveiro de mudas. Soube que há aproximadamente 20 mil novas mudas, entre pequizeiros e outras árvores, para serem plantadas por essa empresa, compensando as perdas da derrubada dos pequizeiros, que, àquela época, bloqueavam a implantação da fábrica. Dou esse exemplo e digo que esta Casa vem cumprindo seu papel. Os Deputados têm responsabilidade social. Cabe-nos buscar este equilíbrio e esta harmonia, para que, no tripé do lucro econômico, da economia, da ação social e da geração de emprego e renda e na sustentabilidade também ambiental, continuemos a buscar o desenvolvimento do nosso Estado.

O Deputado Paulo Guedes* - Sr. Presidente, Deputadas, Deputados e público presente, saudamos, mais uma vez, a luta dos nossos Agentes Penitenciários do Estado, que vêm numa batalha contra decisão arbitrária do governo de Minas, que demitiu, sem justa causa, 600 Agentes Penitenciários, num ato sem precedentes na história de Minas Gerais. Acredito que nem a ditadura militar chegou a tal ponto. Portanto continuamos vigilantes, em defesa dos interesses da categoria; nossa Bancada do PT, do PCdoB e do PMDB, Bloco de Oposição na Assembleia, continua firme no propósito de só abrir diálogo com o governo, nas votações dos seus projetos, quando este, de fato, abrir discussão séria para rever este ato absurdo cometido contra os Agentes Penitenciários de Minas Gerais. Sr. Presidente, há outro assunto que nos traz aqui novamente, o qual virou rotina nas minhas vindas ao Plenário e a esta tribuna. Voltaremos a falar sobre o mesmo tema referente ao tratamento dispensado à região do Norte de Minas Gerais pelos órgãos ambientais do Estado. Está ficando até chato ter de falar, quase toda semana, sobre esse mesmo assunto. No entanto é importante fazê-lo, senão predomina a versão oficial, que não condiz com a verdade. Na imprensa e na propaganda oficial, mostram algo, mas, na realidade, aquela região do Estado vem sofrendo consequências gravíssimas, do ponto de vista econômico, em razão da atuação destes órgãos na região. Nos últimos três meses, tentamos instalar a primeira CPI da história desta Casa, no governo Aécio Neves. Está proibido instalar CPI na Assembleia de Minas e investigar qualquer coisa, ordem oficial do Governador. Portanto tentamos instalar, de todas as formas, a CPI da indústria da multa, que vigora no Estado e principalmente no Norte de Minas. São multas abusivas, como as que apresentarei agora e tantas outras denunciadas pelo jornal "O Tempo", nos últimos três meses.

Mas esta multa contra o Sr. Luciano Miguel de Abreu, do Município de São Francisco, chamou minha atenção. Temos como exemplo várias multas absurdas que foram aplicadas no Jaíba, porém ele recebeu multa no valor de R\$1.414.773,21. O que mais me impressiona é que esse cidadão tinha, do próprio IEF, licenciamento para fazer o desmatamento da área. Parece que o IEF já não sabe o que fala no Norte de Minas. Dá licença de manhã e a retira de noite. O governo vende os lotes do Jaíba, e as pessoas compram; na hora em que recebem a terra para plantar, o governo diz que não podem desmatar.

Há duas conversas, duas versões, mas a oficial e verdadeira é a que está vigorando em nossa região, que perde do ponto de vista de geração de emprego e renda. Não estamos falando sobre preservação ambiental, porque quem mais precisa do meio ambiente preservado são os produtores rurais. Eles sabem que precisam preservar nascentes e leitos dos nossos rios, até para darmos continuidade às atividades econômicas. Não pode acontecer este absurdo que estão cometendo com a região. Refiro-me a estes órgãos ambientais que foram tão bonzinhos e parceiros do agronegócio em outras regiões do Estado, como o Triângulo, onde houve desmatamento de 93% de toda a cobertura

vegetal para plantio da cana-de-açúcar, para produção do álcool e açúcar naquela região. O agronegócio está bombando no Triângulo, no entanto o meio ambiente não atua lá. Nem os 20% de reserva foram respeitadas naquela região. Cadê o tão poderoso Secretário de Meio Ambiente, José Carlos Carvalho? Cadê o IEF, que não atua naquela região e fecha os olhos para os crimes ambientais cometidos no Triângulo? Cadê as multas, que não se aplicam lá? Cadê as multas que não se aplicam à Copasa, que joga todo o esgoto de Belo Horizonte no Rio das Velhas e faz a matança dos peixes nesse rio e no Rio São Francisco? Cadê a multa contra a Cemig, que comete os maiores crimes ambientais também na bacia do Rio São Francisco; e contra a Votorantim, que joga todos os seus dejetos no Rio São Francisco, matando surubins? Não vemos os órgãos ambientais se pronunciarem diante desses absurdos; porém basta um pequeno agricultor, um assentamento de reforma agrária ou um produtor rural de nossa região roçar seu pasto ou fazer qualquer coisa, que ali haverá polícia ativa, pronta para multar, sem dó nem piedade. Aplicam multas abusivas, como esta que ocorreu no mês passado, em São Francisco, ou seja, numa área de 60ha, o IEF aplicou multa de R\$1.414.773,21. Se o proprietário deste terreno vender sua terra, precisará de 5, 10, 15 vezes terras a mais para pagar essa multa, porque 1ha de terra no Norte de Minas, nesta região, está em torno de R\$1.000,00 a R\$1.200,00, e a multa aplicada foi mais de R\$1.400.000,00. Isso é verdadeiro contrassenso do pessoal do IEF. Precisamos tomar providências.

Temos falado disso aqui, mas parece até chato voltar a esse assunto. Todo dia recebo ligações de todo o Norte de Minas, dos produtores, que me mandam cópias de multas abusivas iguais a esta do proprietário Luciano Miguel de Abreu, do Município de São Francisco. Não podemos aceitar, não podemos admitir que absurdos como esse continuem ocorrendo na região. Fazem-no para assombrar as pessoas, para correr com o homem do campo, para que percam as esperanças, larguem tudo e venham para a periferia dos grandes centros. Assim continuarão largando suas famílias, entrarão no ônibus e cortarão cana no Triângulo. Será que nossa região serve apenas para isso, Governador? Será que é só para isso que o Norte de Minas presta? Hoje mesmo, quando fui pegar avião para Belo Horizonte, deparei-me com diversos "outdoors", em Montes Claros, fazendo propaganda da Polícia Ambiental.

Nunca havia visto polícia fazer propaganda. Era um "outdoor" bonito, que mostrava um policial armado até os dentes. No fundo, uma reserva cheia de antas, de animais que não existem na região. Então gostaria de dizer ao Secretário do Meio Ambiente que não é com esse tipo de ameaças que ele vai calar os parlamentares, as lideranças e os produtores do Norte de Minas. Queremos, Sr. Secretário, que o senhor cumpra, sim, a legislação, mas que o faça em todo o Estado, começando pelo Triângulo, onde não se faz nada, porque lá há atividade econômica, o povo é rico e se impõe; todavia, fazem os pobres do Norte de Minas cumprirem a legislação até de forma exagerada, fora da lei, passando por cima até da legislação estadual. Portanto deixo aqui, mais uma vez, o nosso relato, a nossa indignação contra todo esse pessoal. Continuaremos atentos, fazendo cobranças e defendendo o povo de nossa região. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Getúlio Neiva - Caro Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, companheiros Agentes Penitenciários, Srs. Defensores Públicos; lembro-me de que, em 2007 e 2008, lutamos muito para melhorar os salários dos Defensores, mas ainda não está no ponto que deveria estar. Sabemos que é preciso ampliar. Acho que a movimentação que ocorre hoje terá reflexo no início da legislatura do ano que vem, quando certamente, com o Orçamento já melhorado, teremos condições de exigir do governo um posicionamento diferenciado, em vista do anunciado término da crise em Minas Gerais. O nosso Estado, neste mês de outubro, faturou tanto quanto em outubro de 2008. Já está entrando nos eixos, portanto teremos condições de cobrar melhor e mais do governo do Estado essas melhorias que são necessárias para a Defensoria Pública. Eu, advogado novinho, recém-formado, trabalhei cinco anos como dativo, ajudando a Defensoria. Tem, então, o meu apoio, o meu aplauso, como teve naquela lei pela qual ampliamos e reformamos o salário da categoria, mas é preciso ainda lutarmos por muito mais coisas.

Caro Presidente, a minha presença aqui é para registrar que, nessa segunda-feira tivemos a honra de receber, em Teófilo Otôni, o Vice-Governador Anastasia, a Secretária Elbe Brandão, os Secretários Agostinho Patrús Filho e Alberto Portugal, representantes da Fapemig, do Indi, do Idene, da CDI, e de vários órgãos do governo que estiveram lá recriando uma estrutura que no passado existiu, o Centro de Educação Profissional ou o Centro de Educação Técnica. Em 1983 e 1984, inauguramos os prédios e fizemos funcionar o instituto quando éramos Prefeito. Tínhamos lá os cursos de treinamento de bombeiro, de ferreiro, de eletricitista, os cursos na área da agricultura e da pecuária, com a extensão rural. Lamentavelmente, não houve sequência administrativa, e esses cursos foram desativados. E tentamos, mais uma vez, com o Senai. Mas as coisas não funcionaram muito bem nos últimos tempos por meio desse convênio. A Prefeitura não assumiu nenhuma responsabilidade em relação a esse centro de educação profissionalizante. O governo do Estado, atendendo a um apelo nosso, ao longo desses dois anos, resolveu investir, e esse investimento foi muito bem planejado. Conseguimos convênios da ordem de R\$6.000.000,00 para, nesse centro de educação profissional de Teófilo Otôni, instalarmos o Pólo de Inovação em Gemas e Joias, o Projeto de Qualificação Profissional, o Projeto Usina do Trabalho, a Unidade de Inovação Tecnológica - Unit -, o Projeto Teia, para qualificação de jovens empreendedores, a implantação do Centro Tecnológico de Pesquisa e Transferência de Tecnologia, uma escola de lapidação, uma escola de joalheria e "design" e um laboratório gemológico. Além disso, dos convênios assinados, da ordem de R\$6.000.000,00, nosso Vice-Governador Anastasia inaugurou a Unidade de Atendimento Integrado - UAI -, que substituiu o antigo Psiu. Essa nova unidade da UAI já está funcionando em prédio novo, com ar-condicionado, cadeiras confortáveis, para atender aproximadamente 650 pessoas por dia. Temos lá a Ouvidoria-Geral do Estado; o serviço de identificação da Polícia Civil; o atendimento da Polícia Militar; o Sistema Nacional de Emprego - Sine -, que está colocando um grande número de cidadãos no mercado de trabalho; especialmente agora ele está treinando o pessoal para trabalhar nas empresas que farão as obras da usina, da unidade de beneficiamento; o pessoal para trabalhar nas empresas que estão prestando serviço na Copanor, que é o serviço de esgoto e água tratada nos Distritos e povoados; o pessoal que trabalha na barragem de água, que vai custar R\$45.000.000,00, na estação de tratamento de esgoto da cidade. Então, como há um enorme número de obras acontecendo no Estado, houve necessidade de o Sine organizar e preparar formação profissional para aproveitar as pessoas da terra. Estávamos quase no ponto de ter de importar trabalhadores qualificados porque os que estavam qualificados foram absorvidos quase que totalmente nas obras governamentais que estão sendo feitas em Teófilo Otôni. As demais pessoas que buscam emprego, que procuram emprego, lamentavelmente não estão qualificadas para a oferta de trabalho que lá existe hoje. Portanto, foi necessário que reorganizássemos o Sine, lá hoje sob o comando do Juraci Júnior, que está trabalhando muito bem nessa área que oferece cursos profissionalizantes. Na UAI teremos atendimento da Seplag, da Cemig, do Detran, da Copasa, do Procon, do IEF, além de um grande auditório para palestras, treinamentos e cursos. Tudo num ambiente de ar condicionado - pois é uma cidade muito quente -, para atender muito bem os nossos cidadãos.

Essa foi uma segunda-feira muito boa para nossa cidade. Tivemos lá também a felicidade de ouvir, pela primeira vez, a Prefeita da cidade agradecendo as obras que o governo do Estado tem feito lá ao longo de todos esses anos, o que foi muito gratificante. Há quase cinco anos, por meio de nossos trabalhos e da ação do governo, estamos oferecendo um volume fantástico de obras para Teófilo Otôni, e não havia aquele agradecimento, o que nos magoava muito. Mas houve, dessa feita, os agradecimentos. Por isso faço questão de registrar aqui na Assembleia os meus cumprimentos à Prefeita de Teófilo Otôni por agradecer os investimentos que estão sendo feitos na cidade. Sr. Presidente, não posso deixar passar este momento sem abordar dois assuntos. O primeiro é sobre as estradas de ferro. Aliás, hoje acertei com o Deputado João Leite que vamos fazer uma frente parlamentar em defesa das ferrovias e sobretudo lutar para que as poucas ferrovias existentes em Minas Gerais façam transporte de passageiros. Aqui no Brasil temos 2.000km de estrada de ferro, enquanto nos Estados Unidos há 400.000km. Minas Gerais, que foi pioneira na construção de estradas de ferro, tem de voltar a construí-las. Especialmente agora, quando, no Norte, Nordeste e Noroeste do Estado, estão aparecendo oportunidades minerárias fantásticas, grandes oportunidades, com projetos de exploração de minas de ferro, de estanho, de chumbo e outros minerais. E há possibilidade de termos agora um alavancamento da implantação da estrada de ferro em função dos minerais pesados produzidos na região. Esse é um assunto importante que vamos tratar com mais detalhes nas nossas próximas reuniões, nos nossos próximos pronunciamentos. Há outro assunto, Sr. Presidente, a que gostaria de me referir para tentar ferir a sensibilidade da Secretaria de Fazenda e até do próprio Governador de Minas. Trata-se dos precatórios. Estamos próximos do Natal, o Natal está chegando. Este ano, os pobres coitados velhinhos e velhinhas que têm dinheiro para receber do Ipsemg não receberam um tostão sequer.

Não se pagou um centavo dos precatórios, embora esta Assembleia tenha aprovado aqui, em 2008, um projeto de lei que prioriza os mais velhos, para receberem os seus direitos trabalhistas e alimentares junto ao Ipsemg. Este recebeu as cotas regulamentares do governo, que lhe repassa R\$53.000.000,00 todo ano. Havia sido combinado que a metade desses recursos seria destinada ao pagamento dos precatórios; no

entanto, isso não foi feito desta vez, resolveram pagar outros compromissos. Parece que houve um PDV, e o Presidente resolveu pagar com esses recursos.

Sr. Presidente, tenho apelado e já conversei com a Mesa, com o Presidente e com o coordenador de Plenário, a fim de que possamos, ainda este ano, colocar na pauta de votação um projeto de lei importante, que autoriza o governo do Estado a pagar diretamente os precatórios, em vez de repassar os recursos ao Ipsemg.

Existe um projeto que está rodando há mais de um ano na Casa, mas lamentavelmente não chega ao Plenário. Então, houve um apelo, quando estávamos em uma reunião com o Deputado Doutor Viana, que anotou essa questão; porém gostaria que o José Geraldo, nosso coordenador de Plenário, prestasse atenção neste meu pronunciamento, a fim de localizar o projeto e tentar colocá-lo em pauta. Houve uma pequena reação do Moisés, membro do Sindicato ou da Associação do Ipsemg - não sei ao certo -, por isso o projeto parou. Mas este Plenário não pode ficar parado. Existem alguns assuntos que têm de "ir para o pau", tem de ir para a disputa, para o voto. Há resistência por parte de algumas pessoas ou de alguns Deputados, mas é um absurdo permitirmos que as pessoas que estão morrendo e seus filhos que já estão velhos e também quase morrendo não recebam o crédito que têm junto ao governo do Estado há mais de 25 anos.

E esse projeto, Sr. Presidente, prevê que o Estado pague diretamente os precatórios do Ipsemg. Ora, se havia, no acordo inicial do pagamento da dívida do Ipsemg, o compromisso de que parte, metade dos recursos que recebe anualmente do governo do Estado, R\$53.000.000,00, fosse destinada ao pagamento dos precatórios, o Ipsemg deveria ter cumprido. Em 2009 não se pagou um só precatório.

É preciso que nós, que defendemos o projeto de lei que dá prioridade aos mais velhos para receberem seus direitos trabalhistas, nos levantemos. Tenho a certeza de que, após a minha fala, o José Geraldo nos ajudará a localizar o projeto e a colocá-lo em pauta.

Estou vendo aqui, Sr. Presidente, a necessidade de se fazer o entendimento, tendo em vista a votação pacífica de um grande número de projetos. Meu partido, junto com o PT, tem feito até obstrução com relação a alguns assuntos, mas existem os que são humanitários e não podem sofrer retaliação. Há aqueles que certamente devem ser votados, independentemente de haver ou não meia dúzia de pessoas influenciadas por pressões sindicalistas ou associativistas que não querem votá-los. Não podemos deixar que isso ocorra, porque o prejuízo será para as pessoas mais velhas, as quais não aprendemos a respeitar neste país. Em qualquer país, democracia ou civilização que se prezem, a primeira coisa que se aprende é a respeitar os mais velhos, honrar pais e avós. Estamos deixando morrer nossos avós e nossos pais sem receberem seus direitos, passando dificuldades, sem poderem comprar seus remédios nem alimentarem direito suas famílias. Muitos deles poderiam estar ajudando seus netos a estudar, mas estão desesperados em suas casas, sem saber que destino terão nesta véspera de Natal; por isso, Presidente, é que faço veemente apelo para que a Presidência e a Mesa vasculhem tudo e encontrem o paradeiro do projeto, façam com que a Comissão onde se encontra o libere, para que venha a Plenário.

Este projeto precisa vir a Plenário, para que, num momento que poderá ser registrado como histórico nesta Casa, os mais velhos recebam seus créditos alimentares, em atendimento ao que a própria Assembleia definiu num outro projeto de lei, que é a garantia de prioridade aos mais velhos. Lamentavelmente, Sr. Presidente, esse projeto está sumido há cerca de um ano e meio, passeando pelas comissões. Desencravaremos esse projeto e apelaremos aos companheiros parlamentares de todos os partidos para que, mesmo que haja necessidade de se fazer obstrução aqui ou ali para negociação de orçamento ou coisa parecida, possamos abrir uma janela necessária à votação desse projeto, que resolverá problema de centenas, talvez de milhares de pessoas que estão na rota do desespero. Hoje essas pessoas a que me refiro estão na fase final de sua vida. Trabalharam muito, estão aposentados há vários anos e esperam ter um finalzinho de vida um pouco mais feliz; todavia, lamentavelmente, não estão tendo a resposta do governo, especialmente do Ipsemg. Em verdade, verifiquei que o governo do Estado está cumprindo suas obrigações para com esse Instituto, ou seja, está pagando anualmente a cota negociada de R\$53.000.000,00; todavia o Ipsemg, por questão interna, resolveu não pagar os precatórios.

Existe disposição do próprio governo do Estado - conversamos com o Secretário de Fazenda, e o projeto foi encaminhado a esta Casa - que visa permitir que o Estado antecipe pagamentos de dívidas ao Ipsemg, para pagar diretamente os precatórios. O Estado não pode repassar o dinheiro diretamente ao Ipsemg se não houver autorização legislativa. Temos este dever como Deputados. Certamente todos temos alguém da nossa família que trabalhou no Estado e tem algo a receber. É nossa obrigação pedir que esse projeto entre na pauta, para que seja aprovado ainda neste ano. Assim poderemos, com a ajuda da Líder do Governo, que aqui está, trabalhar junto à Secretaria de Fazenda para agilizar os pagamentos dos precatórios. No início de dezembro, será feita a semana da conciliação. Vai-se fazer a conciliação para pagamento de precatórios. Que tipo de precatório será pago? Serão pagos os precatórios das empreiteiras e dos empresários? Vamos nos esquecer dos precatórios dos pobres servidores públicos, que, por terem trabalhado por cerca de 25 anos, 30 anos, têm direito de receber sua diferença salarial?

Sr. Presidente, está aqui meu repto, meu desafio aos companheiros Deputados, para que juntos façamos esta frente e cerremos fileiras a fim de trazer o projeto ao Plenário, para ser votado. Assim ajudaremos esses pobres velhinhos que estão aguardando providências há tantos anos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Domingos Sávio - Sr. Presidente, colegas Deputados, todos que nos acompanham na Casa do povo mineiro ou que nos assistem pela TV Assembleia, inicialmente quero, em rápidas palavras, saudar os servidores públicos de diversas categorias aqui presentes, a começar pelos Agentes Penitenciários. Dirijo-me ainda aos Defensores Públicos, hoje em grande número nesta Casa, com os quais conversei pela manhã, assim como aos servidores da área fazendária.

Aos Agentes Penitenciários trago palavra que, creio, além de ser esclarecedora, contribuirá para fazer contraponto ao uso há pouco feito desta tribuna pelo Deputado que me antecedeu, especificamente o Deputado Paulo Guedes, que fez, mais uma vez, acusações ao governo, ao falar sobre arbitrariedades num tom que, no meu entendimento, não contribui para o diálogo, mas que respeito, por estarmos num ambiente democrático.

Trago aqui palavra na linha que tem sido minha forma de me conduzir no parlamento, sempre com sinceridade, franqueza e respeito aos direitos de cada um, de modo especial dos servidores públicos, de maneira muito particular dos servidores da área de segurança pública, missão das mais nobres, árdua tarefa. Entre esses servidores, é claro, incluem-se os Agentes Penitenciários, pelos quais lutei nesta Casa para regulamentação da sua profissão e para melhor redação do modelo contratual, uma vez que, além do Agente efetivo, temos e teremos sempre a convivência com o Agente em situação de contrato temporário. É serviço essencial; a exemplo de outros serviços essenciais, como a educação, temos e teremos sempre professores contratados fazendo substituição temporária ou atendendo a situação emergencial. Portanto, é preciso ter respeito tanto pelo efetivo como pelo temporário, porque são todos trabalhadores. Cada um, é óbvio, com regulamentação específica. No caso, não adianta tampar o sol com a peneira, porque essa é realidade da qual trata a Constituição brasileira. Quem tenta, de alguma forma, não retratar a verdade não contribui em nada quando diz que a situação do contratado é idêntica à situação daquele que passou em concurso público e foi efetivado em cargo como funcionário público. Portanto, é preciso, até por gesto de respeito a vocês, tratar de discutir o assunto à luz da verdade, e não da demagogia, mas sempre respeitando tanto o contratado como o efetivo. É preciso fazer interlocução que gere resultado e resolva o problema, e não usar o problema para fazer mera oposição ao governo ou agredi-lo; no caso, também acho desrespeito, porque, afinal de contas, são trabalhadores, pais de família que querem ver seu problema resolvido, e não serem usados como massa de manobra para aplaudir ou vaiar o governo. Isso não se faz com o trabalhador, muito menos com a categoria inteira, que tem missão tão nobre e importante, que é a segurança pública.

Assim sendo, logo que ocorreu esse movimento, em nome da maioria e refletindo o sentimento dos meus colegas do PSDB, como o Deputado João Leite, que aqui está, oficiei ao Secretário Maurício Campos, dizendo da nossa preocupação e do nosso desejo de que cada caso fosse analisado, para não haver injustiça alguma, para que não houvesse, de maneira alguma, a decisão sumária de rescisão contratual, de demissão ou de exoneração de quem quer que fosse, contratado ou efetivo, sem que antes se lhe assegurasse o direito de defesa. Aliás, fiz isso atendendo também a ofício que recebi da representação sindical, das mãos dos Agentes. Fiz esse ofício e ontem, pessoalmente, como havia me comprometido nesta tribuna na semana passada, fui recebido pelo Secretário Maurício Campos, com o qual conversei por mais de 1 hora. Fiz minha exposição, manifestando minha preocupação de que não tivéssemos trabalhador algum injustiçado e muito menos tratado de forma autoritária, sem que seu direito de defesa fosse respeitado. Diante disso, o Secretário me mostrou inúmeros procedimentos em andamento, inclusive inúmeros deles resultaram em renovação de contrato, portanto procedimentos que envolvem tanto contratados como efetivos. No caso dos contratados, quando se constata, pela análise da justificativa feita por aquele que teve a suspensão do seu contrato, que ele de fato não merece punição porque não cometeu ilícito algum, não prejudicou a ordem, não partiu para a agressão nem obstruiu a ação de outros servidores ou da Polícia Militar, que efetivamente seja recontratado. Assim ele nos demonstrou que número bastante expressivo havia sido resolvido. Mas fizemos apelo para que cada caso a ser analisado o seja com muito carinho e para que mesmo algum que tenha sido indeferido seja revisto, analisado. Também entre os efetivos, ele nos demonstrou que havia instalado, até aquele momento, 85 procedimentos formais de processos administrativos, por ter encontrado indicativo de alguma atitude que o pressupõe, pelo Estatuto dos Servidores, que é soberano, indiferentemente se há greve ou não. Os códigos de conduta regulamentam, de maneira clara, como se comportar no exercício da sua função, indicam quais são seus direitos como trabalhadores e quais são seus deveres. Quando há uma situação, no caso do efetivo, em que há o indicativo de que houve uma falha, não se pode falar em demissão sumária. Nesse caso será aberto um processo administrativo para que ele tenha assegurado o direito de defesa e para que o processo ocorra de maneira lícita, clara e transparente, podendo ser acompanhado por qualquer um dos Deputados que aqui estão, especialmente pelo advogado do servidor e pelo próprio servidor. Ocorre que ficou demonstrado que esses procedimentos estavam sendo instaurados apenas naqueles casos em que a Secretaria entendia que havia indicativos ou provas que justificassem essa ação. Entretanto vimos que um número muito grande de servidores efetivos continuavam afastados sem que houvesse sido instalado um processo administrativo. O Secretário, em boa hora, concordou conosco, em relação a todos aqueles servidores efetivos sobre os quais não havia, até aquele momento, sido concluído um estudo, de que era preciso que eles fossem imediatamente reintegrados ao serviço. Caso ocorra alguma comprovação, aí, sim, poderá haver alguma discussão sobre o assunto. É aquele velho princípio da Justiça, que diz: até que provem o contrário, a Justiça é pró-réu. Ou seja, em relação às pessoas que estão sendo acusadas, só diante da prova elas podem efetivamente pagar pela condição de acusadas. Caso contrário, isto é, a ausência da prova, pressupõe-se sua inocência. Tivemos a grata satisfação de sair de lá com o compromisso da reintegração de todos esses efetivos, contra os quais ainda não haviam sido instalados processos administrativos. Quanto aos demais, cujos processos foram instalados, não significa que eles serão demitidos sumariamente. É claro que não. O processo administrativo é uma rotina na vida pública, que pressupõe uma investigação do caso, com depoimentos, com provas e com testemunhos. Nesses casos nem sequer poderá haver perda salarial, caso não se comprove a culpabilidade. Como dizia, saímos dali com uma satisfação por aquilo que defendemos aqui e que senti que era uma posição - acho que posso dizer - unânime desta Casa. Embora tenhamos divergências sobre a condução, a verdade é que todos os Deputados querem que haja justiça e que cada caso seja analisado individualmente. O Sr. Secretário deu-nos a certeza de que não só vem fazendo isso, mas também não se precipitará em querer estabelecer demissão sumária, e continuará estudando cada caso, um a um. Sei que os desdobramentos ainda virão, acompanhados das dificuldades, mas penso que, pelo diálogo e pelo entendimento, e sempre de forma respeitosa, vamos avançar mais um pouco. O dia de hoje representa algum avanço, visto que alguns já começaram a retornar ao trabalho, enquanto outros ainda precisarão responder a algum processo administrativo, mas o número que está retornando é bem maior, e espero que continue nessa direção.

Dito isso, Sr. Presidente, eu gostaria, no pouco tempo que me resta, de deixar aqui duas palavras a duas categorias de um papel fundamental no Estado. Estou falando dos Defensores Públicos, que, desde o primeiro mandato, tiveram da minha parte uma atitude não só de respeito, mas também proativa, ou seja, um comportamento proativo, para não ser redundante, de buscar conversar com o governo e me inteirar de suas justas reivindicações. Hoje vejo que avançamos um pouco, mas está claro e evidente, até pelos documentos que me foram mostrados pela manhã, que ainda temos muito em que avançar, sobretudo em dois aspectos fundamentais. O primeiro deles é a necessidade de universalizar a presença do Defensor Público. Aliás, hoje conversava com o Prof. Anastasia, ainda que de maneira informal e rápida num evento, e ele me dizia que existe um concurso público em andamento, mas parece que há alguma dificuldade dentro da própria Defensoria. Ainda vou conversar com as lideranças dos Defensores sobre isso para que possamos verificar até que ponto existe algo a ser resolvido, a fim de que os candidatos desse concurso sejam rapidamente efetivados e possamos, a partir dele, ampliar a oferta do Defensor Público em todas as comarcas de Minas Gerais.

Outro grande gargalo, sem dúvida, são as condições de trabalho e, em especial, a condição salarial.

Eu via hoje, com alegria, a elaboração de um documento muito maduro, muito competente por parte dos Defensores, em que o foco é o interesse do povo mineiro. Ele faz uma análise do vazio que há nas comarcas. Outro aspecto positivo é o de que, com uma mudança na lei federal, passaremos a ter o Defensor presente na vida da comunidade, interagindo com a comunidade, levando sempre aos cidadãos a oportunidade de refletirem sobre seus direitos e deveres. Além disso observei - talvez por isso eu esteja me traindo aqui na fala, insistindo em me referir a Ministério Público - que não se fica fazendo necessariamente paralelo entre Defensoria e Ministério Público. Primeiro, porque são duas instituições extremamente importantes, essenciais. Não cabe nem é necessário comparação, não se pode estabelecer nenhum parâmetro com o objetivo de definir mérito desta ou daquela. Elas cumprem funções distintas, devem ter as suas lutas alicerçadas no seu próprio merecimento. O Ministério Público tem o seu merecimento, assim como a Defensoria Pública. Não tenho dúvidas de que a Defensoria Pública, ao traçar um paralelo com os outros Estados da Federação, adota uma linha estratégica, no meu entendimento, mais eficaz. Há uma diferença, sim: Minas Gerais tem um número maior de comarcas, portanto acabará efetivamente precisando de um número maior de Defensores Públicos, o que é bom para o nosso povo, para a nossa gente. Pode ser uma dificuldade maior para o Estado, mas é uma dificuldade que precisa ser enfrentada com planejamento, com diálogo, ainda que seja prevista para o ano que vem. Também fui franco com os Defensores ao dizer que, em um ano em que mal estamos saindo de uma crise, precisamos de uma sinalização concreta.

Defendo aqui - e não tenho o menor constrangimento de fazê-lo, sou defensor do governo Aécio Neves, convicto de que é um governo sério, responsável -, com muita firmeza, um avanço na causa dos nossos Defensores Públicos, uma previsão, uma luz no fim do túnel para que a situação se torne mais adequada. Por quê? Primeiro, por merecimento. Segundo, por uma questão óbvia de interesse público, porque, se não houver uma remuneração adequada ao grau de exigência imposto a esses profissionais, fatalmente não haverá mais Defensor Público. Concursos serão feitos, mas os melhores abandonarão, e às vezes nem aceitarão iniciar a carreira.

Antes de concluir minha fala, não posso deixar de fazer uma referência muito especial a um grande líder que nos dá a honra de sua presença nesta Casa, presença essa que espero ver de maneira permanente a partir da próxima legislatura, pois competência para isso não lhe falta. Refiro-me ao querido amigo Anchieta Pogialli, ex-Prefeito de Timóteo, Diretor Regional de Saúde na macrorregião do Vale do Aço, com sede em Coronel Fabriciano. Ele é meu amigo de longa data, fomos colegas quando fui Prefeito de Divinópolis. Anchieta, quero registrar minha alegria em vê-lo e dizer-lhe que temos a convicção de que o futuro ainda guarda para você muitas responsabilidades, porque você mostrou competência ao longo da sua vida pública. Esperamos tê-lo aqui para nos ajudar em lutas como essa da Defensoria, que é uma luta, às vezes, pouco compreendida, mas que é necessário debater. Outra luta é a dos nossos servidores da Fazenda pública do Estado. Não se pode imaginar uma organização do Estado que não tenha como premissa, como alicerce, a organização fazendária. O Estado nada mais é que o povo se organizando, por meio da sua capacidade de contribuição, para resolver os próprios problemas. O Estado é a maneira organizada de vivermos em comunidade, e essa organização pressupõe um financiamento. Não se pode conceber o Estado sem o financiamento.

O financiamento vem das mãos de cada cidadão e de cada contribuinte, mas pelas mãos, pela ação e pelo trabalho de todos os servidores da Fazenda pública. Hoje vimos a necessidade de atualizar as regras do jogo. Vivemos um período de oscilações, em que a receita viveu momentos de apogeu e queda acentuada neste ano. Isso mostra uma fragilidade no modelo atual de remuneração. É impossível que alguém possa trabalhar em uma área que exija dedicação exclusiva, com um nível de exposição pessoal e familiar dos mais pesados, sem que tenha condição de prever sua vida laboral e sua aposentadoria sem o mínimo de segurança.

Portanto, creio que é hora de fazer prevalecer o diálogo e o entendimento. Assim como me posicionei em relação aos Agentes, tenho procurado agir como interlocutor para que tenhamos, por parte dos servidores da Fazenda do Estado e por parte do governo, um diálogo que resulte no entendimento, com o qual todos vão ganhar. Ganha o servidor, que espero tenha uma forma de remuneração mais justa e um nível de estabilidade maior. Hoje há uma oscilação que, não tenho dúvida, gerou esse grau de insatisfação que toma conta da categoria. Temos certeza de que ganhará o Estado porque, com uma ação eficiente e organizada, não precisaremos aumentar impostos. Poderemos ter mais eficiência na forma de arrecadação, até no combate à sonegação. Alguém pode se assustar pensando que combate à sonegação significa fiscalização carrasca, mas não é isso. Combate à sonegação significa acabar com a concorrência desleal. Quem trabalha com honestidade e seriedade é vítima da sonegação, e não apenas o Estado e o cidadão que precisa de saúde e educação. Aquele que trabalha de maneira correta acaba sendo vítima da inoperância do Estado em garantir isonomia e que não haja concorrência desleal. E é exatamente nas mãos dos fiscais e funcionários da Fazenda do Estado que teremos isso. Mas é preciso diálogo, e, no que depender de nós, incentivaremos para haja diálogo e entendimento. Obrigada.

O Deputado Carlin Moura* - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Vanderlei Jangrossi; ilustre Líder da Maioria, Deputado Domingos Sávio; telespectadores da TV Assembleia. Faço um cumprimento especial aos Agentes Penitenciários presentes na galeria, aos ilustres Defensores Públicos de Minas Gerais e aos Procuradores do Estado que também se encontram nas dependências da Casa. É interessante fazermos hoje esta discussão sobre a situação dos Agentes Penitenciários, especialmente no dia em que temos presença significativa de servidores da carreira jurídica do Estado de Minas Gerais. Antes de adentrarmos o tema da Defensoria Pública, é importante fazermos alguns esclarecimentos, sob a ótica do Bloco PT-PMDB-PCdoB, sobre o andamento das questões dos Agentes Penitenciários. Ilustre Deputado Domingos Sávio, no nosso entendimento, não houve avanço algum por parte do governo do Estado no que diz respeito aos Agentes Penitenciários. Temos a compreensão de que se trata de uma categoria sensível e essencial para o Estado. É tão sensível, que Minas tem mais de 10 mil Agentes Penitenciários contratados. O fato de ser sensível não autoriza, de forma alguma, em pleno século XXI, haver tratamento que desrespeite a Constituição Federal e uma lei aprovada nesta Casa. No nosso entendimento, o governo do Estado não está respeitando e cumprindo a lei da contratação que rege os contratos dos Agentes Penitenciários. É preciso haver clareza maior. O governo do Estado precisa sinalizar, de forma clara, que não pode punir alguém pelo simples fato de ter participado de greve, de movimento reivindicatório, que demorou um único dia, foi ordeiro e plausível, dentro da normalidade e de clima natural no movimento reivindicatório. Houve punição desrespeitando a lei. Foram demitidos mais de 200 contratados sem o devido processo legal e a instauração de inquérito administrativo individualizado, e mais de 200 ficaram com os contratos suspensos, sem haver processo administrativo individualizado. O procedimento foi feito por meio de duas portarias. Todas as pessoas foram colocadas no mesmo bojo. E o governo, de forma confusa, tenta consertar seu erro, mas, a cada dia que passa, causa mais confusão. Nosso bloco entende que os efeitos dessas duas portarias precisam ser suspensos, os demitidos precisam voltar com seus contratos. Se o governo do Estado afirma que houve abuso por parte das pessoas, que apresente as provas. Muito se diz que há vídeo mostrando os abusos, então os apresente, traga-os para esta Casa, abra inquérito administrativo, aponte o responsável individualizado, apure. Uma vez comprovado o desvio de conduta, essa pessoa receberá a pena na medida do seu comportamento. O que não podemos aceitar de forma alguma, e não aceitamos, é a pena coletiva, a criminalização do movimento legítimo dos Agentes Penitenciários. Para nós, só haverá avanço quando o governo do Estado sinalizar para este caminho. Não podemos, em pleno século XXI, punir servidor público porque fez um dia de mobilização. Assim que o Tribunal de Justiça declarou ilegal a greve, voltaram no dia seguinte, mas não puderam trabalhar. Então há incoerência por parte do governo do Estado. São trabalhadores, pais e mães de família que dependem deste salário, que estão hoje passando grandes dificuldades. No fim de semana, vimos aqui os Agentes quase desmaiarem por causa da greve de fome. Tiveram de suspendê-la, e não houve sensibilização alguma por parte do governo do Estado. Então, de forma clara e transparente, pedimos para o problema ser enfrentado. Revogam-se as portarias, e voltamos com os contratos dos trabalhadores. Se houver alguém que tenha cometido abuso, seremos os primeiros a exigir punição, mas apresentem as provas. Estão falando das fitas, e já as requisito da tribuna. Faço questão de assistir às mesmas e ver se houve alguém que abusou na sua conduta. Se esta pessoa for identificada e ficar comprovado o abuso, será punida. Mas percebemos que esta não é a realidade. Durante todos esses dias, os Agentes estiveram presentes na Casa, de forma ordeira, tranquila. No fim de semana inteiro, estiveram conosco, participaram da Conferência Estadual de Comunicação e até aprovaram moção que teve o amplo apoio da sociedade mineira, que menciona que o movimento deles nem sequer está tendo a devida divulgação pela mídia, pelos meios de comunicação de Minas Gerais. Então nosso posicionamento é que o governo do Estado precisa sinalizar com mais clareza. Da forma como está, não se avançou, e queremos avanço, pedindo e exigindo, porque estamos no nosso direito. Que o governo do Estado cumpra a lei proposta por ele mesmo e aprovada na Casa, que diz que a punição tem de ser precedida de inquérito administrativo individualizado e devidamente apurado, e ninguém pode ser punido antes do seu julgamento, do seu direito de defesa e do contraditório.

O que ocorreu em Minas Gerais em relação aos Agentes Penitenciários foi um verdadeiro abuso e desrespeito à legislação no Estado.

Aproveite a ocasião para falar sobre a questão dos servidores públicos. Chegou às mãos de todos os Deputados um documento da Defensoria Pública de Minas Gerais, um diagnóstico com conteúdo fundamental e bastante interessante, mostrando a situação também calamitosa em que se encontram os Defensores Públicos do Estado.

A Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais - Adep-MG -, preocupada com a crise instalada na Defensoria Pública mineira, sintetizou nesse documento os principais indicadores sociais e financeiros, que, aliás, Sr. Presidente, foram coletados pelo próprio Ministério da Justiça num documento intitulado "Diagnóstico da Defensoria Pública no Brasil".

A Adep-MG deseja que essa síntese sirva de subsídio para a elaboração de políticas públicas em Minas Gerais que fortaleçam o acesso à Justiça das pessoas pobres do nosso Estado, as quais não têm como pagar um advogado. Para que se tenha um Estado Democrático de Direito plenamente viabilizado, é preciso que todos tenham acesso à Defensoria Pública para a defesa de seus direitos essenciais.

A autonomia da Defensoria Pública em Minas Gerais precisa ser consolidada em legislação estadual. Minas é um dos poucos Estados em que não há uma legislação estadual contendo as atribuições e as prerrogativas e prevendo a autonomia da Defensoria Pública. Por exemplo, nos Estados de Alagoas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Roraima, Rondônia e Rio Grande do Sul, o Defensor Público-Geral tem a atribuição de propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos. Além disso, temos também, em diversos outros Estados, a fixação de reajustes e vencimentos e a previsão de concurso para ingresso na carreira de Defensor Público. Tudo isso está previsto em legislação estadual. Minas não tem legislação estadual a respeito.

Os Defensores de Minas também alertam no documento para o fato de que a Lei Complementar Federal nº 132, de 2009, inovou, democratizando a gestão das Defensorias Públicas, principalmente com a criação das ouvidorias. Ainda não foi implementada em Minas Gerais uma dessas ouvidorias. É preciso, com urgência, implementar a Ouvidoria da Defensoria Pública no ordenamento jurídico do Estado.

É interessante ressaltar que hoje Defensorias Públicas de 15 Estados já possuem fundo próprio com fontes de receita provenientes de parcela das custas e dos emolumentos extrajudiciais; de auxílios, legados ou subvenções; de contratos e convênios firmados com entidades públicas ou privadas; de taxas e valores havidos em concursos de ingresso. Apenas nove Estados da Federação não possuem nenhuma captação de recursos por fundo próprio, entre eles o nosso Estado - aliás, Minas Gerais, que faz tanta questão, e de forma importante, de ser vanguarda para os Estados brasileiros, nesse aspecto está a dever à Defensoria Pública. Apesar de se ver um avanço sensível no aporte de recursos à Defensoria Pública nos últimos anos, é de se registrar que a Defensoria Pública de Estados como Rio de Janeiro, com mais de R\$256.000.000,00, em 2008, e São Paulo, com mais de R\$427.000.000,00, em 2008, registram o recebimento de recursos quase duas ou quatro vezes maior que os investimentos registrados na Defensoria Pública de Minas Gerais, que só recebeu, em 2008, R\$131.000.000,00.

Que Estado de resultados é Minas Gerais? O Estado de resultados que não valoriza os instrumentos de defesa do pobre e do mais necessitado? Para muitas coisas existe dinheiro, mas, para investir naquilo que atende à população mais carente, falta. Causa-nos preocupação o fato de Minas Gerais investir na Defensoria Pública menos que a média nacional - cerca de 0,4% do orçamento total do Estado. E a redução desse

investimento é de 0,3%, em 2008, para 0,24%, em 2009.

Senhoras e senhores, quanto mais o povo precisa de um Defensor, mais o Estado vem reduzindo os investimentos na Defensoria Pública. Aumenta-se o investimento para o Centro Administrativo de R\$600.000.000,00 para R\$1.500.000.000,00 e reduzem-se os investimentos na Defensoria Pública, aprofundando a crise na defesa dos hipossuficientes em Minas Gerais, que são os mais carentes, os mais necessitados, aqueles que dependem da assistência pública do Estado e que hoje sofrem nas filas da Defensoria Pública.

Confirmando análise da Associação dos Defensores Públicos - Adep -, verificou-se que o número de Defensores Públicos na ativa em Minas Gerais vem caindo ano após ano, mesmo após a realização de vários concursos, em razão da elevadíssima taxa de evasão da carreira - um Defensor a cada 12 dias em média -, motivada por distorções na política remuneratória dos Defensores Públicos deste Estado.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)* - Deputado Carlin Moura, quero cumprimentá-lo pelo seu pronunciamento. Gostaria de registrar que estive hoje com os Defensores nesta Casa e em Brasília, para participar da Conferência Nacional de Segurança Pública, em que votamos a favor da diretriz de fortalecimento da Defensoria. Neste mês, o governo federal estabeleceu que temos de ter no mínimo um Defensor em cada penitenciária para defender os trabalhadores, os pobres que estão lá presos.

Parabenizo V. Exa. pelo pronunciamento porque, afinal, esse assunto também é questão de segurança pública. Sabemos que os Agentes estão aqui aguardando justiça e que realmente a lei neste Estado seja cumprida. Por isso, queremos unir esforços para que sejam resolvidas essas questões tão sérias, como o fortalecimento da Defensoria Pública e a solução definitiva da situação dos Agentes Penitenciários, que apenas querem que a lei se cumpra, pois a legislação votada nesta Casa hoje é lei e deve ser cumprida no Estado. Muito obrigada, Deputado.

O Deputado Carlin Moura* - Cumprimento a ilustre Deputada Maria Tereza Lara, Vice-Presidente da Comissão de Segurança Pública, que sabe perfeitamente a importância dos Defensores Públicos para termos uma Justiça plena em Minas Gerais, como também o importante papel dos Agentes Penitenciários.

Sr. Presidente, para concluir, farei rapidamente o restante da leitura do documento. O Ministério da Justiça constatou o número insuficiente de Defensores Públicos por população-alvo - acima de 10 anos, com renda de até três salários mínimos -, atingindo no ano de 2008 em Minas Gerais mais de 31 mil assistidos em potencial por Defensor Público, contra a média recomendada, que é de 11 mil. Percebe-se, assim, em Minas Gerais, uma distorção na política remuneratória dos Defensores Públicos, que recebem bem abaixo da média, tanto no parâmetro inicial, que é R\$6.580,00, contra a média nacional, de R\$9.886,96 no início de carreira, quanto no parâmetro final, que em Minas é de R\$10.002,30, contra a média nacional, que é de R\$13.000,00. Há de se destacar ainda que os Defensores Públicos de Minas Gerais são remunerados por parcela única, sem qualquer adicional ou gratificação.

Concluindo, Sr. Presidente, Minas Gerais atende apenas 37,07% de suas comarcas com serviços de Defensoria Pública. Olha que fato grave: temos 853 Municípios, sendo que mais de 500 deles não têm a Defensoria Pública. Entretanto, a Defensoria Pública de Minas Gerais atendeu 1.237.264 pessoas em 2006, uma média de 2.610 atendimentos por Defensor. É o quarto melhor índice de produtividade absoluto e relativo em todo o País.

Assim, Sr. Presidente, a Associação dos Defensores Públicos entende, com o que concordamos, que é urgente e necessário reformar a Lei Complementar nº 65, de 2003, para nela incluir e aprofundar as alterações legislativas iniciadas com a Lei Complementar Federal nº 1.432, de 2009, como detalhamento da autonomia e regulamentação da Ouvidoria Externa da Defensoria Pública de Minas Gerais. É preciso reformular a política remuneratória dos Defensores Públicos de Minas Gerais para estancar com urgência o enorme êxodo para outras carreiras.

Estamos prestando solidariedade a todos os Defensores Públicos divulgando o conteúdo desse documento, a fim de convencer todos os parlamentares desta Casa, independentemente de matiz ideológico, de posição partidária, para fortalecer esse importante instrumento da cidadania, a Defensoria Pública.

Mais uma vez, gostaria de fazer um grande apelo ao governo do Estado para que faça cumprir a lei dos Agentes Penitenciários, que se encontram aqui praticamente em greve de fome, pois não têm salários. Estão com seus contratos suspensos, foram demitidos e estão com contas para pagar, de água, luz, telefone e escola das crianças. Assim, fazemos um apelo ao governo do Estado, ao Sr. Governador Aécio Neiver e ao Vice-Governador Anastasia: que sinalizem de forma mais clara e objetiva. Esse impasse não pode continuar. O Bloco PT-PMDB-PCdoB está disposto a fazer todos os esforços para apresentar uma solução digna, que respeite o direito de greve, o direito à mobilização e que faça prevalecer a lei. Caso alguém tenha cometido alguma falta grave, será punido de acordo com a sua responsabilidade. Para isso tem de haver um inquérito administrativo, individualizado, respeitando o contraditório e a ampla defesa. Muito obrigado, Sr. Presidente, pela complacência e atenção.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 23/11/09, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete da Deputada Ana Maria Resende

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 18/11/09, que exonerou Cristiane da Silva Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no Minas Gerais - Diário do Legislativo, edição de 18/11/09, que nomeou Carla Beatriz Costa Lima para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

exonerando Cristiane da Silva Ferreira do cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas;

nomeando Shubert de Abreu Argemiro Saff para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete I, padrão VL-18, 8 horas.

ERRATAS

ATA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 16ª LEGISLATURA, EM 4/11/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/11/2009, na pág. 46, col. 1, no fecho, onde se lê:

"Sala das Comissões, 4 de novembro de 2009", leia-se:

"Sala das Comissões, 18 de novembro de 2009".

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 3.900/2009

Na publicação da matéria em epígrafe, verificada na edição de 21/11/2009, na pág. 49, col. 2, no título, onde se lê:

"PARA O 1º TURNO", leia-se:

"PARA TURNO ÚNICO".